

X CONGRESSO NA PRÓXIMA SEMANA

No Porto ultimam-se
os trabalhos preparatórios

Pág. 4/Suplemento



Tal como aconteceu noutros pontos do País, em Lisboa, anteontem, os metalúrgicos concentraram-se frente ao Ministério do Trabalho, em luta pelo pagamento dos salários em atraso, contra a lei dos despedimentos, pela negociação do CCTV, contra o aumento do custo de vida, contra o roubo do 13.º mês. Antes, em número de muitos milhares, desfilaram por ruas da cidade, recolhendo a adesão e a solidariedade da população

Intensifica-se a luta dos trabalhadores

Pág. 7

Salários que não se pagam
Salários que não chegam

CGTP-IN marca vigília de Natal.

Metalúrgicos, TFP, professores, CIFA, sector público, trabalhadores do Barreiro lutam, insistem no diálogo com membros do Governo, apelam à unidade, marcam concentrações, defendem a contratação colectiva, repudiam o desemprego e a política que o faz.



Os trabalhadores da Sorefame prosseguem a sua luta pelo pagamento dos salários em atraso e pela apresentação do contrato de viabilização de empresa às ORT's, luta que levou na passada terça-feira à paralisação total da produção e à concentração em frente às instalações da administração. Recorde-se que esta acção dos trabalhadores surge na sequência de uma comunicação da administração em que se afirma - desrespeitando compromissos anteriormente assumidos - que provavelmente só poderia pagar sete mil escudos dos salários de Novembro. Esta luta demonstra a firmeza e a determinação com que os trabalhadores, nomeadamente os metalúrgicos, estão a enfrentar a ofensiva antipopular do Governo Soares/Pinto

**A «Europa connosco»
diz não ao governo PS/PSD**

Pág. 2

SEMANA

30

Quarta-feira



-Aduado em Coimbra

O secretário de Estado do Trabalho, que tem um processo pendente na Polícia Judiciária por alegada obtenção irregular de verbas, pede a suspensão do exercício das suas funções. ■ Ramalho Eanes reconhece em Vila da Feira que a «realidade social começa a assumir traços preocupantes» e que «compete ao Governo dar-lhes resposta». ■ Mário Soares é vaiado em Coimbra por populares, quatro dos quais são presos e remetidos a tribunal acusados de «insultos ao Primeiro-Ministro». ■ O balanço provisório do Serviço Nacional de Protecção Civil sobre os resultados das cheias de 19 de Novembro aponta para cinco a seis mil desalojados, 550 casas irrecuperáveis e cerca de 1600 parcialmente destruídas. ■ A administração Reagan recusa o visto de entrada nos EUA ao ministro do Interior da Nicarágua, Thomas Borge. ■ O director da Agência de Notícias da Guiné-Bissau apresenta propostas de cooperação entre a agência do seu país e a Anop. ■ As autoridades fascistas turcas encerram por tempo indefinido o jornal de maior tiragem do país, «Hurriyet».

1

Quinta-feira

Vasco Lourenço afirma numa cerimónia evocativa da preparação do 25 de Abril que só tem razão para temer os militares de Abril quem tem medo da prática democrática. ■ Mário Soares afirma à revista espanhola «Tiempo» que «actualmente não há o perigo de 1975 quando o Presidente da República, o Primeiro-Ministro, os chefes das unidades militares, tudo era comunista», mas que a «posição goliata de Álvaro Cunhal e seu partido mantêm-se integralmente»; após declarações semelhantes insultuosas para o PCP ao «New York Times», Mário Soares usa cada vez mais a linguagem do fascismo para se referir às democratas portuguesas. ■ A população de Montevideo responde com um concerto de tachos e panelas ao discurso televisivo do ditador do Uruguai que acusou os 400 mil manifestantes que saíram à rua na capital em protesto contra a ditadura de serem «apátridas» e «comunistas». ■ É assassinado o juiz supremo da comunidade druzo no Líbano. ■ Confrontos entre estudantes e a polícia de Pinochet saldaram-se num ferido e cinco presos em Santiago do Chile.

2

Sexta-feira



-O Tollan virou

Magistrado de Coimbra apresenta queixa contra Mário Soares ao Conselho Superior de Magistratura e ao Presidente do Tribunal da Relação de Coimbra, por cometerem ofensivos comentários de Soares à senhoria com que o juiz absolviu 4 detidos por vaiarem o Primeiro-Ministro. ■ O ministro das Finanças assina um contrato de mais um empréstimo de 350 milhões de dólares. ■ O Sindicato dos Jornalistas considera o projecto de revisão à Lei de Imprensa apresentado por Almeida Santos «o mais violento ataque à liberdade de imprensa cometido após o 25 de Abril». ■ Após mais de três anos de tentativas falhadas, o Tollan consegue finalmente ser virado. ■ Amin Gemayel encontra-se na Casa Branca com Reagan para tentar renegociar o dito acordo de paz israelo-libanês. ■ O Parlamento da RFA decide retirar a imunidade parlamentar ao ministro da Economia, que é acusado de corrupção. ■ A Assembleia Geral da ONU condena e rejeita a política de linkage seguida pelos EUA e a África do Sul em relação à independência da Namíbia.

3

Sábado



-Solidariedade

Trabalhadores da Reforma Agrária e Emigrantes dão provas de solidariedade com as vítimas das cheias, enviando bens essenciais para a Câmara de Loures distribuir. ■ O PCP acusa o PS e o PSD de negociarem nos bastidores uma política contra o Poder Local. ■ Realiza-se em Lisboa a quarta convenção da UEDS. ■ A aviação israelita bombardeia posições sírias e de progressistas libaneses a leste de Beirute. ■ As autoridades judiciais da Costa Rica acusam Eden Pastora e outros traídores da Nicarágua de terem formado uma associação ilegal. ■ O ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Andrei Gromyko, afirma que a URSS não voltará às negociações de Genebra enquanto não forem retirados os novos mísseis norte-americanos.

4

Domingo

Por decisão do Governo PS/PSD, deixa de ser prestada assistência alimentar às vítimas das cheias. ■ O Presidente da República critica, em mensagem aos jornalistas aorianos, a utilização abusiva dos meios de informação, que considera uma das ameaças mais directas ao funcionamento da sociedade democrática. ■ Mota Pinto parte para Bruxelas onde participará na reunião do «eurogrupo» da NATO. ■ Avíões norte-americanos atacam posições sírias no Líbano, desencadeando nova escalada de violência; três dos aviões foram abatidos pela Síria. ■ Começa em Atenas a cimeira dos chefes de Estado da CEE. ■ É eleito o novo presidente da Venezuela, o social-democrata Jaime Lusinchi. ■ Síles Suazo anuncia a formação até ao fim do mês de um governo de convergência nacional na Bolívia. ■ O «Pravda» acusa o governo britânico de ter contribuído para o financiamento da invasão de Granada pelos EUA.

5

Segunda-feira

O PCP acusa a RTP de ter transmitido domingo um programa evocativo de Sá Carneiro que era «um acto premeditado e ilegal de propaganda» do PSD. ■ Um porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros anuncia que o ministro da racista África do Sul, «Pik» Botha, volta ainda esta semana a Lisboa. ■ Com a cobertura de um sargento da GNR, um funcionário do MAP e vários soldados daquela corporação, marginais assaltaram uma UCP em Estremoz no dia 30; o acontecido só hoje foi divulgado. ■ Aumenta a violência no Líbano, com a artilharia naval americana a bombardear posições sírias. ■ A França continua a bloquear o alargamento da CEE. ■ O governo da Dinamarca anuncia que reduzirá em 50 milhões de coroas o seu orçamento de Defesa, anulando assim a sua contribuição para a NATO.

6

Terça-feira

Termina em Atenas a cimeira da CEE, com um malogro completo quer para os «dez» quer para a política externa do Governo Soares/Pinto, baseada na adesão à CEE, agora adiada «sine-die». ■ Milhares de trabalhadores metalúrgicos concentram-se em vários pontos do País, em luta pelos salários em atraso e o CCT. ■ Termina com a absolvição dos réus o julgamento dos 23 dirigentes sindicais da Função Pública. ■ Morre Maria Lamas. ■ Mais dois aviões americanos são abatidos no Líbano pela artilharia síria.

Editorial

Desestabilização – inseparável da recuperação capitalista

O novo falhanço agora consumado na «cimeira» de Atenas da operação política contra Portugal de Abril, concebida pelos círculos do capital financeiro e os seus vassallos no Poder através da integração no Mercado Comum, projecta uma crua luz sobre o carácter antinacional do Governo Soares/Mota Pinto e da sua política.

Desde o início o PCP tem denunciado com vigor a operação da integração na CEE como componente de uma ofensiva generalizada contra as conquistas democráticas do Povo português que envolve a manipulação da máquina do Estado e a própria subversão das instituições.

A reconstituição do poder económico e do poder político dos monopólios, aliados ao imperialismo, a que se entrega com afã o Governo Soares/Mota Pinto, implica a crescente submissão da nossa economia aos interesses dos grandes grupos financeiros sem pátria, a subordinação da nossa política aos objectivos estratégicos do imperialismo, a alienação criminosa da nossa independência nacional.

Os acordos assinados com o FMI e já em execução integram-se nesta linha antipatriótica.

As reacções de desespeiro dos governantes actuais — imediatamente de Mário Soares — ante o novo falhanço de Atenas, que exprime a profundidade da crise e das contradições no seio do Mercado Comum, são significativas.

Justamente, nas Teses para o X Congresso do PCP, quando ao afirmar-se que o processo contra-revolucionário tem representado, como fenómeno inseparável da recuperação capitalista, «o agravamento crescente da dependência de Portugal em relação ao imperialismo» apontase, como primeiro dos cinco aspectos fundamentais da nossa crescente dependência económica e financeira, «a capitulação dos interesses nacionais que significa o plano de integração no Mercado Comum».

Este novo insucesso de uma importante componente da ofensiva contra as conquistas da Revolução de Abril, coincide com o recrudescimento no plano nacional da política de recuperação capitalista do Governo Soares/Mota Pinto e a necessária resistência e firme oposição do Povo português.

Na gíria dos artifices do processo da contra-revolução em Portugal — de que o Governo Soares/Mota Pinto é um inegável instrumento — tem surgido todo um arsenal de palavreado exótico para iludir a realidade nacional e confundir as pessoas simples.

«Lay-off» para designar a escandaleira da liberalização dos despedimentos; «crescimento negativo» para baptizar a estagnação económica e o recuo da produção. E outros palavrões do género.

É por isso útil que encontremos as palavras adequadas para caracterizar o comportamento dos actuais detentores da máquina governativa — uma máquina visivelmente desconjuntada.

E neste momento a palavra adequada para classificar com acerto o comportamento actual da clique governante é uma: desestabilização.

Desestabilização económica, social, institucional e militar. Desorganizar a situação do País, semear o caos, atropelar a legalidade democrática e as próprias leis internas do sistema, criar e mobilizar mecanismos de confrontação e repressão, em particular contra os trabalhadores, fomentar a insegurança no mundo do trabalho, abalar e desacreditar as instituições e entidades que lhes são adversas, tudo isso enforma o miolo da acção desestabilizadora dos actuais governantes.

Agrava-se a situação dos trabalhadores cada dia que passa.

O presente mais odioso do Governo do PS e do PSD neste final de ano para a «árvore de Natal» do povo

trabalhador é a consumação do roubo do 13.º mês, apesar da onda de protestos e de indignação popular que se levanta da parte dos sectores sociais mais variados da nossa população.

Soares vem com todo o descaramento justificá-lo de novo, no «1.ª Página» da TV, com o «buraco», misteriosamente descoberto no Orçamento Geral do Estado, nitidamente com o propósito de ocultar o autêntico buraco da sua política financeira e social.

É o cúmulo da hipocrisia o Primeiro-Ministro tentar fazer passar a versão de que as camadas privilegiadas têm uma parte considerável no enchimento do seu «buraco» orçamental, quando se sabe que 20 milhões de contos dos 24 milhões agora colectados saem dos rendimentos do trabalho.

É o cúmulo da insensibilidade pela sorte dos mais desfavorecidos que nenhuma medida tenha sido tomada até agora pelos governantes actuais para o pagamento dos salários em atraso de mais de 125 000 trabalhadores e que o Governo e a sua maioria parlamentar domesticada tenham rejeitado a proposta de lei do PCP que apresentava uma solução viável para este tão agudo problema.

A vigorosa acção dos trabalhadores da Sorefame, a quem continuam a não ser pagos os salários e que se concentram em frente da empresa e reclamam em massa com insistência a remuneração de um trabalho que produziram durante um longo período de laboração, é um exemplo que ilustra a resposta de massas à insensibilidade governativa.

É o cúmulo do desprezo pela situação de miséria de mais de um milhão de seres afectados pelo flagelo do desemprego — que atinge já nestes últimos dias do ano mais de 500 000 trabalhadores e dos quais apenas pouco mais de 80 000 recebem subsídio de desemprego — é o cúmulo, dizíamos, a deliberada política de falências do actual ministro das Finanças, disfardada sob as inócuas designações de «reestruturação das empresas» e de «nova dimensão empresarial», que significam na prática uma verdadeira política de «salve-se quem puder».

A inícuza de uma declaração de falência da MDF, por inépcia da gerência mas principalmente pela recusa do Governo à promulgação de medidas que permitiriam a uma das maiores empresas metalúrgicas do País, com 2500 trabalhadores, continuar em laboração, é um exemplo desse inqualificável desprezo dos governantes.

E além disso o cúmulo do calculismo anti-social, como foi feito recentemente pelo Governo PS/PSD nos acordos com o FMI e em holocausto a uma iníqua «política de austeridade» virada contra os trabalhadores, «programar» o aumento do desemprego para meados de 84 para mais do dobro do contingente actual!

Quando nas Teses para o X Congresso do PCP se afirma que o Governo PS/PSD «prossegue e agrava a política da «AD» e se refere «o agravamento da exploração e das condições de vida dos trabalhadores e das massas populares» os factos aí estão a confirmá-lo.

A política de desestabilização social do Governo Soares/Mota Pinto não se restringe apenas e comprovadamente ao agravamento das condições de vida dos trabalhadores — atinge também outras classes e camadas intermédias da população.

O comércio, em particular o pequeno comércio, vê drasticamente reduzido o volume de vendas habitual deste período festivo do ano com o roubo do 13.º mês e o agravamento da carga fiscal sobre quem trabalha, com os salários em atraso e a redução numa escala sem precedentes do poder de compra dos trabalhadores.

A ameaça de um aumento exorbitante das rendas comerciais é outro motivo de alarme para os pequenos e médios comerciantes e industriais.

O recomeço da ofensiva contra a Reforma Agrária

Gamaradas falecidos

Maria Lamas

Após uma vida de luta em defesa dos direitos da mulher, da criança, dos oprimidos, em defesa da Liberdade, da Paz e da Democracia, Maria Lamas faleceu na madrugada do dia 6, com 90 anos.

Mas não nos deixou. Continua entre nós, mulheres e homens deste País, a quem deixou o exemplo da sua combatividade, determinação, coragem e confiança no futuro.

Presas várias vezes pela PIDE, durante o fascismo, demitida do cargo de directora da revista «Modas e Bordados», a então Presidente do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, a presidente honorária, após 1974, do Movimento Democrático das Mulheres, a Directora da revista «Mulheres», a escritora de «As Mulheres do meu País», de «A Mulher no Mundo» e de tantos outros livros, para crianças e adultos, foi em vida e continuará a ser na memória de todos nós, uma grande militante antifascista, da causa da Paz e de Amor entre os homens, de liberdade, do progresso e do socialismo.

Membro do Conselho Mundial da Paz, da Federação Democrática Internacional das Mulheres (FDIM), onde em pleno fascismo representou em Congressos internacionais as mulheres democratas da nossa terra, condecorada várias vezes — Ordem da Liberdade, medalha Eugénio Cotton, medalha da FDIM, medalha de honra do MDM, entre outras — Maria Lamas, ali onde esteve, honrou o Partido a que pertencia há cerca de 40 anos — o PCP — que para ela personificava os superiores ideais de dignificação do ser humano e de libertação da mulher.

A nossa Camarada de luta a melhor homenagem

que lhe podemos prestar é continuar essa mesma luta até ao fim dos nossos dias, como ela o fez.

Condolências do PCP

O Secretariado do Comité Central do PCP enviou à família de Maria Lamas a seguinte mensagem de condolências:

«Ao tomar conhecimento da morte de Maria Lamas — personalidade de relevo na cultura portuguesa, destacada activista da luta das mulheres — o PCP expressa à família enlutada as suas sentidas condolências.

A vida e a actividade de Maria Lamas ficarão para sempre associadas à luta das mulheres portuguesas em defesa dos seus

Manuel Valério

Vítima de atropelamento, faleceu o camarada Manuel Guapo Valério, de 50 anos, trabalhador da EDP, residente no Catujal (Sacavém). No mesmo acidente, ocorrido em Rio Maior, na curva junto ao cruzamento para Caldas da Rainha, faleceram outros dois trabalhadores da EDP, o nosso camarada Francisco Santos e Mário de Matos, este de 53 anos, casado e residente no Castelo de Bode.

Francisco Santos

Como já referimos, o acidente atrás referido e no qual foi interveniente uma camioneta que atravessava a vila de Rio Maior em direcção a Lisboa, vitimou também o nosso camarada Francisco Santos, casado, de 53 anos, residente em Moscavide.

Os três trabalhadores da EDP falecidos no violento atropelamento tinham acabado de jantar e dirigiam-se para o carro da empresa destacado para o serviço.

Marcelino Simão

Residente em Quarteiras, freguesia de Montelavar, no concelho de Sintra, faleceu o militante comunista Marcelino Branco Simão, de 39 anos.



direitos e aspirações económicas, sociais, culturais e políticas.

Com a morte de Maria Lamas perde, igualmente, o PCP uma militante que,

durante cerca de quarenta anos, interveio activamente em grandes batalhas contra o fascismo e em defesa da democracia e da paz.»

Era trabalhador do sector de mármore na zona de Pero Pinheiro, onde desempenhava tarefas de delegado sindical.

José Cruz

Também recentemente, faleceu o nosso camarada José Cruz, da freguesia de Lordelo, Vila Real.

Velho militante comunista, o camarada José Cruz esteve preso com Militão Ribeiro, figura destacada de luta antifascista.

Domingos Duarte

Militante do PCP desde 1939, faleceu o nosso camarada Domingos Duarte, nascido em 1906. Era um democrata muito prestigiado na zona do Barreiro, tendo desenvolvido

várias tarefas de apoio ao Partido e à luta durante a resistência, nomeadamente a distribuição do «Avante!».

Ainda no período da clandestinidade, pôs a sua casa à disposição do Partido.

Emílio Filipe

Faleceu na freguesia de Oeiras, com 52 anos de idade, o militante comunista Emílio Filipe. Muito jovem ainda interveio-se e participou em iniciativas culturais e políticas de cariz antifascista.

O camarada Emílio Filipe foi membro da Comissão de Freguesia de Oeiras do PCP, membro da Assembleia de Freguesia de Oeiras e membro eleito pela APU para a Assembleia Municipal.

Nacional

Adiada «sine-die» adesão à CEE

O retumbante falhanço da operação política contra Portugal de Abril, congeminada na base da integração do nosso país no Mercado Comum, agora adiada para as calendas gregas pela fracassada cimeira de Atenas e directamente inviabilizada pela força e profundidade das insanáveis contradições internas da CEE e do próprio sistema capitalista mundial, constitui uma estrondosa derrota da política externa portuguesa conduzida nos últimos oito anos pelos sucessivos governos de recuperação capitalista, em particular pelo governo PS/PSD, pessoalmente capitaneado por Mário Soares.

O fracasso da cimeira de Atenas, conhecido ao cair da noite de terça-feira, deixou de cabeça perdida os chefes da coligação governante, lançou em grande perturbação os círculos da CIP e do grande capital e é susceptível de precipitar uma crise política de consequências imprevisíveis.

Política agrícola de ruína que submete os países mais pobres aos mais desenvolvidos da CEE e os produtores agrícolas aos grandes magnatas do comércio e da indústria — agravada pela hipótese de admissão de um país de forte produção agrícola como a Espanha ou em grave crise como Portugal repartição das despe-

sas e encargos entre os países participantes irredutivelmente contestada; agravamento excepcional da concorrência entre os países capitalistas mais desenvolvidos, a cimeira de Atenas soa com um dobre de finados nos projectos de recuperação dos círculos monopolistas.

Para os projectos dos grandes capitalistas e financeiros portugueses e dos seus vassallos no Governo, confiados na política antinacional e antipopular conduzida a nível governamental por Mário Soares, o adiamento «sine-die» da adesão de Portugal à CEE representa um golpe irreparável nos seus planos de destruição do regime democrático e de restauração de uma nova ditadura reaccionária.

Mais uma vez ficou claro que é, e tem de ser, a luta do Povo português, o movimento operário, democrático e popular de massas e a unidade de todos os verdadeiros democratas e patriotas portugueses a grande força capaz de impor uma necessária e decisiva mudança de governo e de política e de levar à prática uma política externa assente na defesa dos interesses basilares do Povo português e da Paz, na linha da salvaguarda e reforço da independência nacional e das conquistas democráticas da Revolução de Abril.

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soares Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 768345

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725 769722

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 — 2.ª — 1000 Lisboa. Tel. 779828 779825 769751

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238

Centro Distribuidor de Évora: Alarcão de Balsa, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.ª de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto. Tel. 693808 699615

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra. Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 766402

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6 B — 1100 Lisboa. Tel. 775936 776750

Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067

Composto e impresso na Heskia Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205 82

Tiragem do mês de Novembro: 69 688

Assembleia da República

Maioria e Governo não mudam sequer uma vírgula

E de súbito o encanto quebrou-se, desvaneceu-se a espécie de feitiço que colava uns aos outros os deputados do PS, do PSD e também da ASDI, que têm sucessivamente votado contra todas as propostas de alteração que o PCP tem avançado na discussão em Comissão do Orçamento do Estado. Com efeito, anteontem ao fim da tarde, quando se debatia na especialidade o orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o deputado socialista Manuel Alegre juntou o seu voto aos dos comunistas, aos do MDP e aos da UEDS apoiando duas propostas de alteração do PCP. Franzziu-se o cenho governamental, encrespou-se o sobrolho da maioria. Mas, para um e para outra o fundamental estava ganho — as propostas do PCP foram ainda assim rejeitadas.

Uma das propostas do PCP então em apreço visava um reforço de 100 mil contos com vista a dotar o Instituto de Apoio à Emigração e Comunidades Portuguesas com as verbas indispensáveis à prossecução de um apoio mínimo aos emigrantes e suas associações. A outra propunha o reforço de 170 mil contos com o objectivo de garantir e desenvolver a cooperação com os novos Estados independentes de expressão oficial portuguesa.

Durante o debate foi patente a incapacidade dos secretários de Estado presentes para re-

tar as razões, a necessidade e mesmo a possibilidade de concretizar as propostas de alteração do PCP. Várias intervenções foram mesmo nesse sentido. Só que, quando os deputados comunistas pretendiam que a questão fosse esclarecida com uma explicação da recusa em aceitar as propostas, as intervenções do Governo e dos partidos maioritários se faziam vagas.

No fim de contas: não se pode mudar nada ao Orçamento. O que lá, está lá fica. Porque sim...

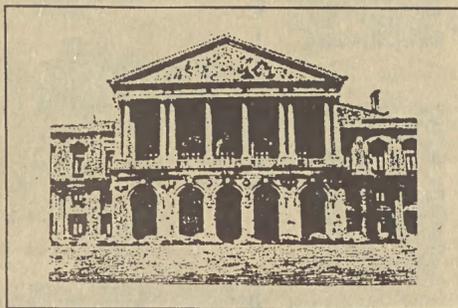
Como aqui já afirmámos na passada semana, depois de te-

rem inundado de questões o Governo durante os debates do Orçamento do Estado na generalidade, o PCP avançou na discussão na especialidade, com uma verdadeira avalanche de propostas de alteração. Começando por uma proposta global em que avançava, no capítulo das receitas, com um significativo reforço das mesmas que visava o arrecadador de mais de 63 milhões de contos, o PCP propunha a distribuição dessa verba por um vasto conjunto de despesas nos sectores mais carenciados.

Tal proposta global provava à partida que era falsa a afirmação do Governo de que não havia verba para acorrer não apenas às necessidades sociais como ao próprio desenvolvimento do País. Da Educação à Saúde, à Segurança e Assistência Sociais, da Habitação e Equipamentos Urbanos a outros serviços sociais, milhões de contos provenientes do agravamento de impostos a quem mais ganha e do combate à fraude e evasão fiscais, eram repartidos reforçando as verbas atribuídas pelo Orça-

mento de miséria de modo a tornar menos negra a perspectiva que o OE governamental deixa entrever para o ano de 1984. Ao mesmo tempo, outros reforços de verba eram atribuídos a serviços económicos — da Agricultura à Pesca, ao desenvolvimento industrial, à construção de estradas e portos, aos transportes.

Durante os debates em Comissão, à medida que iam sendo apreciados os orçamentos de cada ministério, propostas de alteração do PCP traduziram e concretizaram a proposta global avançada. Praticamente nenhum sector foi esquecido. Um exemplo: para a Educação, com um reforço de verba da ordem dos 12 milhões e 702 mil contos, a proposta do PCP previa um milhão e meio de contos para instalações e equipamentos dos Ensinos Preparatório e Secundário; 750 mil contos para o Ensino Superior, Acção Social e IPO; mais 19 700 contos para a Educação de Adultos; mais 31 700 contos para Centros de Investigação; mais 15 400 contos para actividades



de planeamento e serviços pedagógicos; mais 22 mil contos para apetrechamento de centros de produção TV; mais 2 344 800 contos para a investigação científica e tropical... Também o Desporto foi contemplado pelas propostas do PCP que previam um reforço de 78 mil contos para a Direcção-Geral dos Desportos com o objectivo de corresponder às necessidades de actualizar as participações da DGD para

as Federações, que não sofrem aumento há 3 anos. E um reforço de 175 mil contos para apoio à construção de infraestruturas desportivas por parte das colectividades de desporto, cultura e recreio (e apoio à reconstrução de instalações desportivas das colectividades danificadas pelo recente temporal). As propostas lá estiveram em debate. A maioria não quis aceitá-las. Nem uma vírgula.

Nacional

Ressonâncias fascizantes

• A propósito das declarações de Mário Soares ao «New York Times»

1. Como é do conhecimento público, no passado dia 25 de Novembro, face à divulgação em Portugal de gravíssimas afirmações atribuídas a Mário Soares por uma jornalista do «New York Times», a SIP do PCP convidou publicamente o primeiro-ministro a confirmar ou desmentir tais declarações.

2. Passada uma semana, verifica-se que Mário Soares, não confirmou nem desmentiu as afirmações que lhe foram atribuídas.

3. Dada a gravidade do assunto, é forçoso concluir que Mário Soares assumiu desta forma o reconhecimento da autoria das declarações publicadas pelo «New York Times».

Nestes termos, embora outras incitativas, designadamente no plano judicial, se pudessem revelar adequadas como resposta a afirmações de carácter provocatório importa sobretudo sublinhar que, com tais métodos de luta política, o secretário-geral do PS mais se confirma como o líder das forças de direita, não apenas ao nível dos objectivos e orientações, mas também ao nível do recurso a uma linguagem e a concepções de ressonâncias fascizantes.

4. É igualmente muito significativo que as provocações suscitadas por Mário Soares apareçam perfeitamente sintonizadas no tempo e no conteúdo, com outras ameaças e provocações dirigidas contra o PCP por comentaristas de extrema-direita e por um semanário que se mostrou logo na sua 1.ª edição empenhado na doutrinação para o golpe de Estado contra a democracia.

5. As declarações caluniosas e provocatórias de Mário Soares são um reflexo do nervosismo e insegurança que assaltam a coligação governamental, face ao seu crescente isolamento e descrédito, como o prova o ascenso da luta popular contra a política de direita prosseguida pelo Governo PS-PSD.

6. Tão grosseiras provocações e tão doentio anticomunismo apenas rebaixam, amesquinham e desacreditam os seus promotores. O PCP não se deixa intimidar mesmo quando os autores de tais provocações, como é o caso, ocupam conjuntamente altos cargos públicos.

No quadro dos direitos e liberdades assegurados pelo regime democrático (que o PCP respeita e defende e o Governo PS-PSD afronta e combate), o PCP prosseguirá com a luta para derrotar a política de miséria e desastre nacional conduzida pelo Governo PS-PSD e para que o povo português alcance uma alternativa democrática.

2/12/83
A SIP do PCP

RTP: continua a manipulação

1. A exemplo do que já acontecera com programas similares transmitidos em anteriores ocasiões, o programa evocativo de Sá Carneiro que a RTP ontem impôs aos telespectadores é uma nova confirmação de que os responsáveis por aquela empresa pública de comunicação social espelzinham conscientemente os mais elementares princípios constitucionais e legais.

2. Com efeito, o programa sobre Sá Carneiro, cuja integral responsabilidade só pode ser atribuída à RTP, constituiu não apenas um escandaloso tempo de antena concedido ao PSD, aos seus dirigentes e a figuras próximas do PSD, mas também um pretexto para arremessar calúnias e ataques contra o PCP e para divulgar grosseiras falsificações sobre a situação política portuguesa depois do 25 de Abril.

3. Tal como a RTP antes dominada pela «AD», também a RTP onde elementos do PS ocupam posições-chave, continua a não querer compreender que, enquanto órgão de comunicação social do Estado, não deve, não pode e não tem que ter opinião nem sobre a evolução da situação política nacional nos últimos anos nem sobre cada um dos partidos políticos.

4. O programa sobre Sá Carneiro tem, assim, de ser considerado como um acto premeditado e ilegal de propaganda partidária e de inadmissível agressão ideológica e política, inserido em práticas de manipulação e instrumentalização que não podem deixar de suscitar uma severa condenação e um firme combate.

5.12.83

Bombismo e provocação

A propósito das explosões que na madrugada do dia 3 de Dezembro ocorreram, nas Caldas da Rainha e em Leiria, contra as agências do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, a Direcção da Organização Regional de Leiria do PCP emitiu um comunicado em que, para além de expressar a sua condenação perante tais actos terroristas, afirma: «(...) as lutas dos trabalhadores viáveis pelo pagamento dos salários em atraso e contra os despedimentos têm-se sempre caracterizado pelo respeito pela legalidade democrática. A reivindicação dos atentados bombistas, feita para uma estação de rádio, associando aqueles trabalhadores a esta acção bombista, só pode ser entendida como uma grosseira e vil provocação posta ao serviço de quem, diariamente, calunia os trabalhadores em luta».

A DORLEI do PCP alerta ainda «os trabalhadores e a população em geral para, mantendo a unidade e a firmeza na luta contra a política deste governo, não se deixar envolver em manobras provocatórias (...).»

3-12-83

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

Octávio Teixeira ao «Avante!»

O PCP assume claramente a defesa de uma alternativa a esta política

Durante um breve intervalo nos trabalhos da Comissão que debatia na especialidade o Orçamento do Estado, quando tudo indicava que, depois de algumas questões importantes terem sido tratados, se ia entrar na maratona final — era terça-feira à noite —, pedimos ao camarada Octávio Teixeira uma curta entrevista. Em jeito de balanço do que já fora realizado, de previsão do que ainda faltava discutir. Como é natural, a conversa girou à volta das propostas de alteração que o PCP tem apresentado.

«Avante!» — A discussão na especialidade do Orçamento do Estado, que foi aprovado na generalidade em Plenário, revela que o PCP tem sido o partido que mais propostas de alteração tem avançado. Que significa este facto?

Octávio Teixeira — Em termos reais o PCP não tem sido o único a apresentar propostas de alteração. Na parte das «despesas» já houve duas do CDS e, até este momento, uma da UEDS. No entanto, embora não tenha sido o único a apresentá-las, as propostas do PCP têm constituído quase o fundamental do debate como alternativa à proposta de Orçamento apresentada pelo Governo.

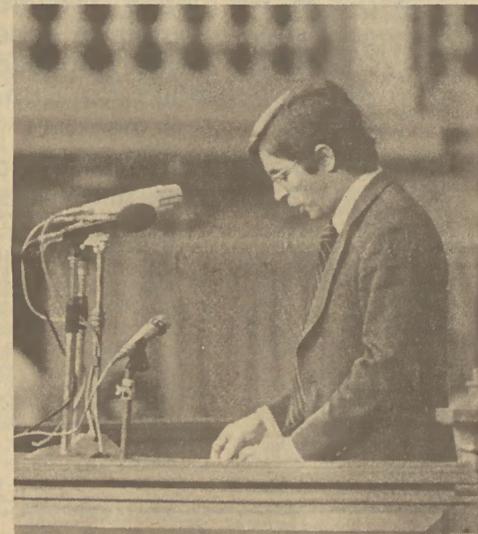
Julgo que o significado desta situação e da posição que o Partido tem assumido neste aspecto é de que o PCP é o único partido que visualiza as graves consequências económicas e sociais deste Orçamento e que assume claramente a defesa de uma alternativa a esta política.

«A» — Trata-se de uma alternativa global?

O.T. — É a alternativa ao Orçamento apresentado pelo Governo na medida em que se propõe a alteração e reforço de verbas em praticamente todos os sectores, em praticamente todos os ministérios, bem como no âmbito das receitas. Mas não é a alternativa global que decorreria de uma política económica completamente diferente. E isto compreende-se: as nossas propostas de alteração tiveram de partir de um OE já aprovado na generalidade.

«A» — Nos seus traços gerais, que se referir-te a algumas alterações propostas?

O.T. — Por exemplo: no âmbito agro-florestal, propusemos o reforço de 185 mil contos para florestação; 150 mil contos para pequenos regadios na zona crítica do Alentejo; um milhão de contos para as obras do complexo do Alqueva; 600 mil contos para que se pudessem avançar com as obras dos portos de Sesimbra, Sines e Vila do Conde. Também propusemos um milhão e meio de contos para aquisição de equipamentos para o ensino preparatório e secundário (há escolas em acabamento que terão



de se manter fechadas por falta de mobiliário).

Propusemos ainda uma dotação de 100 mil contos para a criação de um departamento destinado a comparar preços no âmbito do Comércio Exterior e que, se a proposta tivesse sido aceite, seria um primeiro passo no combate à fuga de capitais para o estrangeiro.

Isto para além de verbas de maior monta, designadamente do âmbito do Ministério do Equipamento Social, visando fundamentalmente a construção de novas escolas, o aproveitamento de recursos hidráulicos e a construção e reparação de estradas. No seu conjunto, estas dotações para o Ministério do Equipamento Social atingiriam 18,9 milhões de contos!

Outra proposta importante: no âmbito da Segurança Social propusemos que as pensões — todas as pensões — aumentassem 24 por cento, em vez dos 17 por cento previstos pelo Governo para os rurais e dos 19 por cento para o regime geral.

«A» — Quais têm sido as reacções dos restantes partidos ao avanço, por parte do PCP, das propostas referidas?

O.T. — De um modo geral a posição tem sido a de total recusa por parte dos partidos governamentais, do CDS e da ASDI. A UEDS mantém-se na sua posição vacilante, ora votando a favor, ora contra, ora abstenendo-se. De salientar o que sucedeu

com as propostas de reforço de verbas para a Secretaria de Estado da Cooperação Externa e da Emigração. Face ao Orçamento apresentado, e como foi referido na Comissão pelos responsáveis do Governo, há acções de cooperação com os novos países africanos que estavam previstas e que não vão ter sequência por falta de recursos financeiros. Para que tal não sucedesse, propusemos um reforço de 170 mil contos. Por outro lado, não haverá, em 1984, qualquer verba disponível para apoio directo aos emigrantes e suas associações. Por isso propusemos um reforço de 100 mil contos.

Mais uma vez tais propostas foram rejeitadas pelos partidos governamentais e ASDI, mas registou-se o facto significativo de o Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros, o deputado Manuel Alegre, do PS, ter votado favoravelmente as nossas propostas.

«A» — A maioria, durante a discussão em Plenário, limitou-se a tecer elogios ao Governo e a procurar refutar as críticas da oposição. Nem sequer pedidos de esclarecimento houve, praticamente. Agora, na Comissão, a atitude dos partidos governamentais e até dos próprios governantes é menos hostil, face às propostas concretas do PCP. Queremos comentar?

O.T. — É na verdade essa a situação e isso decorre precisamente do facto de se verem confrontados com propostas concretas, justificadas e quantificadas. No entanto, a verdade é que se recusam a analisá-las e debatê-las, com o argumento único de que o Orçamento apresentado pelo Governo não pode ser alterado...

«A» — Outra questão, que foi bastante comentada: porque foi adiada a apreciação

Deputados comunistas em Valada do Ribatejo

No quadro de intensos contactos com as populações e os problemas do distrito estiveram no domingo em Valada do Ribatejo os três deputados comunistas do círculo de Santarém, Dias Lourenço, Álvaro Brasileiro e Luísa Cachado. Puderam constatar a incúria e a irresponsabilidade do Governo e dos serviços da Hidráulica do Tejo na defesa de uma região fértil, habitada por mais de 2000 almas que ali vivem sempre sob a ameaça de uma nova tragédia de maiores proporções que a de 1979.

Obras de defesa dos diques paradas a meio — portanto condenadas a novas destruições e a perdas de vultuosos meios já investidos —, não remoção dos detritos da grande cheia de 1979, entre eles grandes troncos de árvores apodrecidos e matagais, além disso susceptíveis de graves focos contra a saúde dos habitantes; fendas e buracos na velha muralha por onde se infiltram águas que minam os diques; proprietários que não limpam valas essenciais para o escoamento das águas; um valado de terra batida quase totalmente destruído deixando os habitantes de Porto de Muge à mercê de qualquer grande cheia que passe a média; ter-

renos do Estado transformados em pastagens (necessárias) para a Estação de Fonte Boa, dirigida pelo ex-MAP, Vaz Portugal, mas com a destruição de uma vala essencial para o escoamento das águas ao longo do dique; povoações abaixo do nível das águas do Tejo (Valada, Porto de Muge e Reguengos); de velhas casas sem condições de resistência aos efeitos destruidores das cheias — e por isto um compreensível desinteresse na construção de novas habitações, etc., etc.

Mas sobretudo o criminoso abandono pelos sucessivos governos desde as cheias de 1979 da sorte de milhares de pessoas; de ricas terras de sequeira, pomares e vinhedos,

e de um efectivo pecuário de milhares de cabeças de gado, normalmente as inevitáveis vítimas das cheias.

O corajoso exemplo do Presidente da República que por lá andou em 1979 a tomar contactos directos com as zonas afectadas pela cheia desse ano não foi acompanhado pela acção dos sucessivos governos da «AD» nem pelo actual de Soares e Mota Pinto, na iminência de nova tragédia na catástrofe que se abateu sobre a grande Lisboa.

Em vez de medidas urgentes e adequadas, a mentira dos órgãos dirigentes da Hidráulica do Tejo afirmando que os trabalhos de defesa foram completados; em vez de verbas para a realização das obras — no OE nenhuma é atribuída às obras do Vale do Tejo — utilização pouco clara de um empreiteiro de trabalhadores pagos pelo Fundo de Desemprego.

Os deputados do PCP puderam ouvir as queixas da população, dar-se conta da forma

como numerosas entidades reagiram às diligências da própria Junta de Freguesia de Valada e do seu presidente.

A bela mata do Estado, com excelentes possibilidades de aproveitamento turístico, foi desbastada de centenas de toneladas de madeira de plátano, no valor de 600/700 contos em pagamento de trabalhos cujo custo não ultrapassou os 70 contos.

Torna-se dramaticamente evidente que toda a região deve ser com urgência submetida a uma ordenação técnica, a um plano de defesa contra as cheias, que deve condicionar quaisquer trabalhos e obras na região, que abastece além disso em 70% o consumo de água de Lisboa.

O caso das obras de defesa da via férrea pela CP, mas que não deixaram quaisquer adiantos para a passagem das águas, é um exemplo de uma descoordenação de consequências que podem ser de extrema gravidade.

III CONGRESSO DO PCP
PORTO-15 a 18 de DEZEMBRO-1983
COM O PCP CONTINUAR ABRIL

TRANSPORTES



COMBOIO
4 dias no Porto

Partida 5ª Feira dia 15
Estação de Sta. Apolónia às 2 horas

Volta Domingo dia 18
Estação de S. Bento às 19.30 horas

PREÇO 1.000\$00

AUTOCARRO

DIA	PARTIDA DE LISBOA	PARTIDA DO PORTO
5ª-Feira	0 HORAS C. T. VITORIA AV. DA LIBERDADE 170	20 HORAS DO MESMO DIA
6ª-Feira	0 HORAS C. T. VITORIA AV. DA LIBERDADE 170	20 HORAS DO MESMO DIA
DOMINGO	7 HORAS C. T. VITORIA AV. DA LIBERDADE 170	20 HORAS DO MESMO DIA

PREÇO 800\$00

Fim de Semana

SABADO	DOMINGO
0 HORAS C. T. VITORIA AV. DA LIBERDADE 170	20 HORAS

PREÇO 900\$00

NOTA: NÃO HÁ LUGARES MARCADOS
Inscreve-te com urgência no Centro de Trabalho
ou na tua Organização

PCP



Um comício público de encerramento com Álvaro Cunhal e comícios de solidariedade internacionalista a realizar em diferentes localidades (de Coimbra a Viana do Castelo), com a presença das delegações estrangeiras, são iniciativas integradas no âmbito do X Congresso do PCP que estão a suscitar grande entusiasmo na região Norte.

O comício de encerramento decorrerá no próprio local dos trabalhos, o Palácio de Cristal, no último dia do Congresso, a partir das 16 horas. O camarada Álvaro Cunhal falará sobre a realização do X Congresso e respectivas conclusões.

Quanto aos comícios de solidariedade, aqui fica a sua agenda:

Dia 16, sexta-feira

- Viana do Castelo, no Teatro Sá de Miranda
- Coimbra, na colectividade Norton de Matos

- Freamunde, no salão dos Bombeiros Voluntários
- Póvoa do Varzim, na Associação Comercial da Póvoa

Dia 17, sábado

- Braga, na escola secundária Sá de Miranda
- Espinho, no salão das piscinas
- Ovar, no cinema
- Rio Tinto, na escola preparatória.

Todos os comícios com a presença das delegações estrangeiras têm início marcado para as 21 e 30.

Ordem de trabalhos e horário das sessões

O X Congresso do PCP, a realizar na próxima semana, na cidade do Porto, terá a seguinte proposta de ordem de trabalhos, aprovada pelo Comité Central do Partido:

1. Relatório da actividade do Comité Central, discussão e votação do Relatório e das Teses.
2. Alteração aos Estatutos
3. Eleição do Comité Central.

Recorda-se entretanto que os trabalhos do Congresso funcionarão com o seguinte horário de sessões:

- Dia 15, 5.ª feira - das 10 às 19 e 30
- Dia 16, 6.ª feira - das 9 às 19 e 30
- Dia 17, sábado - das 9 às 19 e 30
- Dia 18, domingo - das 9 às 13 horas.



O X Congresso está presente um pouco por toda a cidade de Lisboa, em numerosos murais, colagens, faixas e panos, que anunciam a realização, de 15 a 18 deste mês, do Congresso dos comunistas na cidade do Porto

Distrito de Lisboa

Fase preparatória do Congresso incluiu mais de mil reuniões

A Direcção da Organização Regional de Lisboa (DORL) do PCP divulgou anteontem um breve balanço sobre «a actividade preparatória do X Congresso do distrito de Lisboa», desde já considerada como «um vasto trabalho colectivo que revelou a coesão política e ideológica e a aprovação em geral dos documentos em discussão».

Iniciada em 4 de Novembro com a publicação das Teses do Comité Central no «Avante!», essa fase preparatória, assinala a DORL na nota distribuída pela SIP, está praticamente concluída na região de Lisboa, onde decorreram mais de mil reuniões em que participaram «muitos milhares de militantes». Delas resultaram mais de 1500 propostas de alteração às Teses e às propostas de alteração aos Estatutos do Partido.

«Estas propostas», refere a DORL, «irão enriquecer os dois documentos e são fruto da experiência colectiva e individual».

A nota da DORL sublinha ainda: «O trabalho preparatório alargou-se para fora do Partido, tendo-se registado várias reuniões com centenas de amigos do Partido. «O número de militantes e amigos do Partido que, entretanto, manifestou interesse e vontade de assistir aos trabalhos do Congresso, ultrapassou largamente as possibilidades permitidas pelo Palácio de Cristal, no Porto.

«Por isso cresce o interesse pelo comício de dia 21, em Lisboa, onde, com a participação de Álvaro Cunhal e José Casanova, serão divulgadas as conclusões do Congresso.»

Salientando que «ao trabalho preparatório, cada organização associou objectivos de carácter orgânico e financeiro», a Direcção Regional de Lisboa do PCP revela:

No plano orgânico, há a registar a inscrição neste período de mais 625 novos militantes, o relançamento do funcionamento de muitos organismos, a marcação de dezenas de assembleias de organização até meados de 1984 e o alargamento da venda do



- Dia 21, em Lisboa, comício com Álvaro Cunhal e José Casanova, para divulgação das conclusões do Congresso
- Inscreveram-se no Partido mais 625 novos militantes

«Avante!» e do «Militante».

No plano financeiro, o esforço fundamental foi para a recuperação de quotas em atraso e para contribuições especiais de que resultou um acréscimo considerável de receitas.

Finalmente, a DORL destaca três aspectos de grande significado político:

A acção desenvolvida pelas organizações do Partido confirmou os métodos de

democracia interna e o trabalho colectivo que caracterizam a actividade dos comunistas. A participação dos militantes foi superior à verificada na preparação do IX Congresso em 1979.

O trabalho preparatório esteve ligado às lutas dos trabalhadores e de outras camadas e revela que os comunistas no distrito de Lisboa partem com entusiasmo para o Congresso.

Torneio de futebol em honra do Congresso

Termina no próximo domingo o torneio de futebol de salão dedicado ao X Congresso do PCP, promovido pela organização da freguesia da Trafaria (concelho de Almada) e que envolve 12 equipas.

A fase final será disputada entre as duas primeiras classificadas de cada série, em jogos a realizar durante a tarde, na Trafaria.



agenda

Hoje (5.ª feira)

Setúbal — assembleia da célula da Setenave, no Centro de Trabalho de Setúbal

Figueira da Foz — plenário das organizações das freguesias de Tavarade, Branha e Quaiões, no lugar de Chã, às 16 horas.

Amanhã (6.ª feira)

Abrantes (distrito de Santarém) — reunião da organização de professores em Abrantes, no Centro de Trabalho do Partido, às 21 horas.

Sábado

Lisboa — festa de divulgação do X Congresso, no salão da Junta de Freguesia de Benfica (Avenida Gomes Pereira), com manhã infantil, cinema, espectáculo de música popular e intervenção política. A iniciativa começa às 9 e 30, prolongando-se até ao fim da tarde. No recinto da festa haverá uma zona reservada à entrega dos novos cartões do PCP aos militantes das organizações de Carnide, S. Domingos das Paivas, Eco do Alentejo, Amigos do Barreiro e Amigos de Ourique, a partir das 21 horas.

Alpiarça (distrito de Santarém) — reunião de eleitos e activistas das autarquias, na Casa do Povo de Alpiarça, às 14 e 30.

Abrantes — reunião de militantes comunistas da cidade de Abrantes, no Centro de Trabalho do Partido, às 17 horas.

Almeirim — reunião de militantes da Raposa, às 18 e 30.

Almada — 4.ª assembleia da organização da freguesia da Trafaria, no SRTM (Verbena), às 10 horas.

Almada — convívio no Centro de Trabalho da Costa da Caparica, integrado na «campanha X Congresso, Natal e fim de ano», que decorre no concelho; serão alentejanos no pavilhão da Romeira, no âmbito da mesma campanha, com os seguintes corais alentejanos: Operários das Paivas, Eco do Alentejo, Amigos do Barreiro e Amigos de Ourique, a partir das 21 horas.

Domingo

Abrantes — reunião de militantes do Pego, no CT local, às 17 horas.

Almeirim — reunião de militantes em Paços Negros, no CT, às 17 horas.

Almada — 3.ª assembleia da organização da freguesia da Cova da Piedade, no CT concelho (Pombal), às 14 e 30.

Plenários concelhios em todo o País

● Amadora e Almada em foco

Têm decorrido em todo o país plenários de âmbito concelhio para apresentação dos delegados eleitos pelas organizações do X Congresso do Partido, plenários esses em que também têm sido abordadas e definidas questões orgânicas e tarefas apontadas ao reforço e alargamento do Partido neste período preparatório do Congresso.

No último fim-de-semana, por exemplo, decorreram plenários com viva participação de militantes comunistas na Amadora e em Almada, onde estiveram presentes, respectivamente, Carlos Costa e Domingos Abrantes, membros da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central.

No plenário da Amadora, além de terem sido apresentados os delegados das várias organizações do concelho ao X Congresso, fez-se um balanço detalhado dos objectivos da organização concelhia até à data do Congresso, nomeadamente a propósito da campanha de regularização de cartões e das quotas em dia. Neste aspecto, a situação foi considerada como positiva, embora se registem alguns atrasos, aliás, possíveis de ultrapassar rapidamente se as organizações e os militantes derem uma dinâmica reforçada às tarefas em curso.

A situação social no concelho, com destaque para os problemas do desemprego e dos salários em atraso, que atingem um número elevado de trabalhadores da Amadora; a situação criada na Câmara Municipal pelo boicote activo dos

vereadores PS e da direita (tema abordado pelo camarada Andrez, membro do CC); e a política do Governo face às empresas, criando situações de gravidade, como sucede, por exemplo, na Sorefame, Bertrand, Pereira e Brito e Nutrilip — foram questões debatidas no plenário, cujas intervenções revelaram um profundo conhecimento dos problemas e das alternativas possíveis para a sua resolução.

O plenário decidiu, entretanto, realizar depois do Congresso um encontro de quadros para discussão do trabalho de direcção e organização.

O camarada Carlos Costa, durante a sua intervenção, falou sobre a situação política nacional e internacional, e destacou a solidariedade do CC do PCP para com as vítimas das cheias no concelho, dirigindo críticas ao Governo pela inoperância revelada e pelo aproveitamento propagandístico, nomeadamente através da TV, feito pelo Executivo e por Mário Soares.

No plenário de Almada, registou um total de 20 intervenções, foi dada particular atenção à campanha de fundos do X Congresso, Natal e Fim-de-Ano e, naturalmente, ao trabalho realizado em preparação do Congresso, incluindo as tarefas de alargamento do Partido e do seu reforço orgânico.

O plenário de Almada aprovou ainda duas moções (sobre a jornada de luta da juventude do distrito de Setúbal e sobre a grave situação social que se vive no concelho) e uma saudação ao X Congresso do Partido.

Inauguração do novo CT em Pinhal Novo

Um comício em que intervirá o camarada Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, é o ponto alto da iniciativa que hoje decorrerá em Pinhal Novo (distrito de Setúbal), na inauguração da primeira fase do novo Centro de Trabalho do Partido naquela freguesia.

Depois da alvorada com foguetes às 10 horas, segue-se um momento de animação musical com vídeo. O comício está marcado para as 15 horas, prevendo-se para as 16 e 30 um convívio musical com artistas populares de Pinhal Novo.

Estará patente durante todo o dia uma exposição dedicada ao X Congresso. E atenção também ao grande mercado de Natal.

Região Autónoma da Madeira

O Congresso do PCP e a luta institucional

— em foco numa intervenção do deputado Mário Aguiar

«A defesa das instituições e da legalidade no actual momento é considerada como uma tarefa revolucionária face ao descabro governativo a que assistimos» — afirmou o camarada Mário Aguiar, deputado comunista, no plenário da Assembleia Regional da Madeira, no passado dia 29. O X Congresso do PCP, as Teses apresentadas pelo Comité Central para debate e a luta institucional foram temas em foco na intervenção de Mário Aguiar, que diria no início:

«O PCP irá realizar em breve o seu X Congresso.

«Alguns aspectos das teses divulgadas provocaram imediata resposta do actual governo e de todos os reaccionários, tentando diminuir o impacto e interesse que essas propostas podem encontrar junto do nosso povo.

«Do conjunto das teses, muitos outros aspectos haveria de destacar, mas, porque se prendem directamente com situações que são especialmente sentidas na nossa Região parecem oportuno destacar o relevo que nas teses é dado à luta institucional e ao respeito pela legalidade e pelos tribunais.

«Repetidas vezes temos trazido aqui o nosso protesto face à paralisação no funcionamento dos Tribunais, devido à falta de magistrados e às tentativas e pressões que contra estes são constantemente feitas por alguns governantes, bem como

as nossas preocupações pelo desrespeito que se verifica face às decisões judiciais.»

E mais adiante, declarou: «O actual governo PS/PSD que até é maioritariamente formado por juristas que em tempos beneficiavam de respeitável prestígio na sua classe, nega-se estranhamente a cumprir com as sentenças dos Tribunais, recusando-se a aplicar os 198 acordãos do Supremo Tribunal Administrativo favoráveis à Reforma Agrária.

«Um governo que é constituído por algumas pessoas que lutavam pela legalidade numa época negra do nosso país, aparece agora escandalosamente surdo e indiferente ao respeito pelas decisões dos Tribunais.

«Daí que as teses do PCP dêem o devido relevo à denúncia do afrontamento aos Tribunais e das tentativas de manipulação da Justiça por parte da

actual coligação, numa tentativa de governamentalizar a justiça.

«Tentativa essa que é paralela de tentativas para governamentalizar as Forças Armadas, governamentalizar o Poder Local democrático, governamentalizar o próprio Parlamento, enfim, domesticar e dominar tudo o que não seja o próprio governo.»

Detendo-se, depois, na situação que se vive na Região Autónoma da Madeira, Mário Aguiar interrogou: «quem irá duvidar que as autarquias da Região estão completamente governamentalizadas?»

E acrescentou: «Uma ou outra vez temos concordante é mero acaso neste panorama.

«Ainda há dias, um presidente da Câmara, entrevistado por um órgão de comunicação teve a honestidade suficiente para não dar cobertura ao abusivo maneio que o Governo Regional faz do dinheiro das autarquias.

«No entanto, não teve coragem suficiente para denunciar claramente as ilegalidades praticadas pelo Governo quanto aos dinheiros que pertencem às Câmaras.

«Este um exemplo entre muitos.

«Se fizessemos um rol das irregularidades e ilegalidades praticadas pelo Governo Regional iríamos longe.

«Na nossa Região é essencial a luta pelo funcionamento dos Tribunais, pela instalação do Tribunal de Contas e pelo respeito pela legalidade, é essencial o combate legal às arbitrariedades do governo e de muitos órgãos autárquicos e a luta contra o desrespeito pela lei por parte de várias empresas e patrões.

«Mas, infelizmente, esta situação, que, tempos atrás, era característica da nossa Região, tende a alastrar a todo o país.

«Na Madeira, ou no resto do país, o PSD e o PS no governo fecham deliberadamente os olhos às ilegalidades do patronato, recusam-se a cumprir com decisões dos Tribunais caso lhes sejam desfavoráveis, tentam manipular arbitrariamente toda a vida nacional.

«Em tempos, um político francês do século passado, digno antecessor e mestre do dr. Mário Soares na sua capacidade de adaptação a fachadas de esquerda e acções de direita, referindo-se à sua



coligação no poder, diria que: «A legalidade mata-nos».

«Infelizmente existem sempre alunos para este género de professores, e vemos agora uma triste repetição dessas lições.

«Por isso, face a esta situação, as teses para o X Congresso do PCP afirmam:

«O PCP aconselha os trabalhadores e os democratas a recorrer aos Tribunais sempre que se sentirem lesados nos seus direitos e a matéria contenciosa se encontre compreendida no âmbito da Justiça».

«O Partido Comunista Português é um partido com profundas raízes no nosso povo, estreitamente ligado às aspirações e necessidades do nosso País.

«Daí que as teses para o seu Congresso se debuceem sobre todos os aspectos da vida nacional, que deem especial relevo a todos os problemas da actual situação.

«Por isso, a defesa das instituições e da legalidade no actual momento é considerada como uma tarefa revolucionária face ao descabro governativo a que assistimos.»

Obras no CT de Campolide

No Centro de Trabalho de Campolide, em Lisboa, decorrem obras de melhoramento, numa iniciativa em que os militantes da célula da Progel estão a desempenhar um papel muito activo e empenhado, de grande dedicação ao Partido. De registar também a oferta da nova porta do Centro pela célula da Teplima.

Juventude

A propósito dos «cursos técnicos» do ministro da Educação

Algumas interrogações sobre formação profissional e emprego dos jovens

Na última semana, o Suplemento do «Avante!» referiu-se aos novos cursos técnicos criados pelo ministro da Educação, J. Augusto Seabra. Tendo como base um documento clarificador, de viva actualidade, produzido pela Federação Nacional dos Professores (FENPROF), essa abordagem dos referidos cursos técnicos levanta, entretanto, um conjunto de interrogações sobre problemas de fundo, diariamente vividos por professores e alunos, pais e encarregados de educação, técnicos, monitores, pedagogos, sociólogos e ao fim e ao cabo todos os cidadãos interessados pelas questões do ensino e da sua ligação à realidade.

Ora, um desses problemas, sentido com particular intensidade numa altura em que o país vive uma crise económica e social de profunda gravidade, tem a ver com a *relação possível* entre formação profissional e emprego dos jovens, à luz dos cursos técnicos propagandeados na TV e apresentados ao país — sempre sob a égide do ministro Seabra — como parte integrante duma «política de emprego para os jovens».

Há que denunciar, desde já, esta mistificação, alertando os jovens e suas famílias — em particular as escassas centenas de jovens que se inscreveram nos referidos cursos — para as falsas expectativas em que podem ser induzidos.

Não basta criar cursos técnicos, aumentando a confusão com as «experiências» já existentes e ainda em funcionamento. Não basta falar em formação profissional para jovens e depois deixar de lado a ligação entre a formação que se adquire e a entrada na esfera produtiva, a entrada num emprego directo e relacionado com a matéria e a experiência da formação previamente ministrada.

Como sublinha a FENPROF, «na actual situação dramática de desemprego que certamente se irá tornar (mais) galopante nos tempos mais próximos (as-

sim o afirma o próprio secretário de Estado do Emprego), numa altura de crescimento económico negativo em que as falências se sucedem é, pelo menos, demagógico fazer crer que a formação profissional irá resolver o problema de desemprego dos jovens. Basta reflectir neste dado de fonte oficial «dos 1014 estagiários que concluíram a formação profissional em 1982 nos centros do Ministério do Trabalho só encontraram emprego para a formação que obtiveram 191 estagiários! Assim se confirma que o problema fundamental dos jovens e da restante população portuguesa é o desenvolvimento do país.»

Na actual situação dramática de desemprego que certamente se irá tornar galopante nos tempos mais próximos (assim o afirma o próprio secretário de Estado do Emprego), numa altura de crescimento económico negativo em que as falências se sucedem é, pelo menos, demagógico fazer crer que a formação profissional irá resolver o problema de desemprego dos jovens. Basta reflectir neste dado de fonte oficial «dos 1014 estagiários que concluíram a formação profissional em 1982 nos centros do Ministério do Trabalho só encontraram emprego para a formação que obtiveram 191 estagiários! Assim se confirma que o problema fundamental dos jovens e da restante população portuguesa é o desenvolvimento do país.»

O desenvolvimento do país

De facto, a formação profissional desligada dos meios laborais e, no plano geral, sem se enquadrar numa política de desenvolvimento do país, de dinamização das potencialidades económicas e produtivas, de estímulo à criação de postos de trabalho, — afastada de tudo isto, dizíamos,



O desemprego é o problema mais grave da juventude portuguesa e exige medidas adequadas no quadro de uma política de desenvolvimento económico e social

a formação profissional mais não é do que uma ilusão e um factor criador de mais frustrações para mi-

Como pano de fundo para esta situação, registem-se a desconfiança que têm merecido as sucessivas experiências de formação técnica realizadas nas escolas do ensino oficial (diurno e nocturno). Para não recuar mais, basta ter em conta os sucessivos fracassos das iniciativas de *Cardia* (os estudantes preferiram inscrever-se nas áreas de estudos científico-naturais e humanísticos, frustrando as perspectivas de planeamento que previam grande adesão às áreas científico-tecnológicas e económicas-sociais) e de *Vitor Crespo* (a sua «experiência-piloto» contou apenas com 645 alunos, enquanto a via profissionalizante do 12.º ano foi desde logo um fracasso, a começar pelo simples facto de a maior parte dos cursos técnicos aí integrados não terem funcionado por falta de inscrições). Recorde-se, a propósito, que no último ano lectivo estiveram inscritos na via profissionalizante do 12.º ano apenas 1,5 por cento do total de estudantes integrados nesse ano...

Orçamento para a Educação

Para além da condenação vigorosa à forma como o ministro Seabra impingiu ao país os seus cursos técnicos — a euforia inicial, entretanto, já deu lugar a um certo «silêncio» ministerial... —, o que, neste momento, aqui queremos deixar bem expresso é a profunda contradição que se regista entre os objectivos apontados na apresentação dos referidos cursos e as capacidades de investimento que o Governo concedeu

à implantação e lançamento dos cursos anunciados por Augusto Seabra.

O despacho normativo 194-A/83 diz com toda a pompa:

«A política de educação do Governo dá prioridade à institucionalização de uma estrutura de ensino profissional no ensino secundário, através de um plano de emergência para a reorganização do Ensino Técnico que permita a satisfação das necessidades do país em mão-de-obra qualificada, bem como a prossecução de uma política de emprego para os jovens.»

E comenta a FENPROF: «Se atentarmos no orçamento previsto para a Educação em 1984, correspondente a 3,3 por cento do Produto Interno Bruto (em 1979 a média mundial era de 5,6 por cento e nos países subdesenvolvidos de 4,1 por cento), ou se preferirmos correspondente a 9,4 por cento do total do Orçamento — o valor mais baixo desde 1970 —, teremos de denunciar não só a mistificação mas a demagogia de quem promete implantar cursos que, pelo menos, duplicariam os custos.

«Melhor seria este ministro da Educação procurar uma gestão mais nacional dos recursos disponíveis, cuidar do apoio efectivo ao trabalho nas escolas; preocupar-se com a formação dos professores sem a qual não será possível fazer formação geral, específica ou profissional; avaliar e desenvolver as «experiências» em curso de formação tecnológica e profissional dos jovens.»

Ministro Seabra, tenha bom senso. E escute o conselho!

Qual é a relação possível entre formação profissional e emprego dos jovens à luz dos «cursos técnicos» propagandeados na TV e apresentados ao país — sempre sob a égide do ministro Seabra — como parte integrante duma «política de emprego para os jovens»? A resposta é apenas uma: não há relação, há apenas mais uma mistificação deste Governo



Terra

Marginais ao assalto de UCP

• Uma acção digna do governo que temos

Um grupo de marginais dirigido pelo feitor de um agrário, acompanhado por um funcionário do Ministério da Agricultura e devidamente enquadramento por soldados da GNR cuja chefia estava a cargo de um sargento, tomaram de assalto a UCP das Carvalhas, no Monte da Estrada, Estremoz, e destruíram parte das instalações onde se encontravam guardadas máquinas e adubos.

O assalto, há dias ocorrido, foi denunciado pelo Secretariado das UCP's/Cooperativas Agrícolas do Distrito de Évora que, em comunicado emitido a propósito, qualifica este acto «de puro vandalismo fascista que não tem qualquer cobertura legal ou moral».

Os protagonistas da cena foram o feitor do agrário Vasco Jardim, de seu nome

Artur Joaquim Ferro, a quem coube a função de capitanear os «jagunços», um funcionário do MAFA que se recusou a identificar mas que adiantou estar ali a representar o engenheiro Comprido (responsável pela zona agrária de Estremoz), para além de elementos da GNR, habituais parceiros nestas andanças.

Os assaltantes, após a incursão no armazém — segundo o relato dos trabalhadores — trataram de o destelhar e desmontar, deixando a descoberto os adubos, máquinas e outros materiais que aí se encontravam, expulsando e ameaçando os cooperantes, homens e mulheres presentes.

Na opinião do Secretariado de Évora, esta acção só foi possível porque obteve a cobertura do Governo

PS/PSD, que intensifica a ofensiva contra a Reforma Agrária e prossegue uma política e uma actuação que estimulam a actividade dos bandos de marginais e de agrários contra os trabalhadores e a população em geral.

Os trabalhadores da UCP das Carvalhas e o Secretariado das UCP's/Cooperativas de Évora afirmam ainda que «não aceitam esta e outras acções idênticas» e manifestam a sua disposição de continuar a luta para que seja reposta a legalidade e a justiça, ao mesmo tempo que exigem do Governo, do MAFA e da GNR «uma explicação para o sucedido, a punição dos responsáveis e a rectificação dos actos de vandalismo cometidos, indignos do Portugal democrático».

Mais uma do Governo: Estrangular a agricultura através de despacho

O Secretariado das UCP's/Cooperativas Agrícolas do Distrito de Évora, em comunicado recentemente divulgado, exigiu a imediata suspensão do despacho conjunto do ministro das Finanças e do ministro da Agricultura, Florestas e Alimentação com data de 31 de Outubro em diploma que consideram vir a agravar seriamente «as dificuldades financeiras das empresas agrícolas» e a colocar em sério risco «a sobrevivência futura de muitos pequenos e médios agricultores e UCP's/Cooperativas».

Com efeito, através do referido despacho, o Governo vem subitamente exigir que os devedores do Crédito Agrícola de Emergência liquidem até ao fim do corrente ano, sob a ameaça de penhora dos bens, um terço das suas dívidas e os restantes dois terços no máximo de quatro prestações semestrais.

Ao fazer esta exigência o Executivo esquece, contudo, que se tem recusado a satisfazer os compromissos assumidos perante os produtores, designadamente o pagamento das dívidas às UCP's/Cooperativas cujo valor ascende já a 17,5 milhões de contos, dos quais sete milhões e 570 mil contos dizem respeito a produtos entregues e não pagos.

Para o Governo existem assim dois pesos e duas medidas: exige que os outros cumpram, mas começa por ser ele a desrespeitar os compromissos.

Além, como sublinham os trabalhadores, os Secretariatos das UCP's/Cooperativas Agrícolas há muito que vêm propondo ao Governo a constituição de um grupo de trabalho que analise, cooperativa a cooperativa, as dívidas e créditos do Estado, caso a caso, e, em conformidade, encontrar então a forma de os liquidar.

Só que, a esta proposta, o Governo tem sistematicamente respondido com o silêncio ou a recusa pura e simples. Isto é, segundo os trabalhadores agrícolas, o

que o Governo não quer é ver destruídos os «argumentos da sua mentirosa propaganda que procura fazer crer que as UCP's/Cooperativas da Reforma Agrária viveriam à custa dos dinheiros do Estado».

«A análise de quem deve a quem — adianta o comunicado — detaria por terra a propaganda do Governo e impediria este de levar para a frente o seu objectivo de pela via financeira procurar também destruir a Reforma Agrária».

Depois de repudiar este «despacho estrangulador» e de reclamar do Governo o pagamento das dívidas do Estado aos que trabalham a terra, promovendo para o efeito o necessário encontro de contas, o Secretariado de Évora reafirma a sua determinação de impedir «por todos os meios ao seu alcance as eventuais tentativas de execução fiscal e penhoras dos bens e instalações compradas e postas de pé graças ao esforço, trabalho e investimento dos trabalhadores da Reforma Agrária».

Seareiros de tomate querem produzir

Os seareiros do tomate do distrito de Santarém, recentemente reunidos em Benfica do Ribatejo, exigiram a revogação do Decreto-Lei 5/58/83 que permite aos senhorios despejá-los de suas terras.

Convocados para analisar a situação que se vive no sector, os participantes na reunião exigiram também o pagamento das dívidas das fábricas aos produtores de tomate e consideraram que as circunstâncias actuais em que vivem, a manterem-se, conduzirão à ruína total um sector altamente produtivo da indústria portuguesa.

Na moção aprovada no final dos trabalhos os seareiros, para além da revogação do referido decreto-lei e da sua substituição por outro diploma que lhes dê garantias, reclamam o abajamento das taxas de juro do crédito, a marcação dos preços dos adubos e fertilizantes nas embalagens de forma a evitar a especulação, e ainda uma assistência técnica eficiente aos agricultores por parte das delegações do Ministério da Agricultura.



Preços de garantia exigem agricultores de Leiria

A situação da agricultura em Santa Catarina da Serra, concelho de Leiria, foi objecto de uma reunião recentemente realizada no salão paroquial de Loureira, localidade daquela freguesia.

Em comunicado onde divulgam as conclusões a que chegaram, os agricultores consideram que o prosseguimento da actual situação — a mais grave dos últimos seis ou sete anos —

poderá tornar-se insuportável, dado que em resultado do agravamento dos preços dos factores de produção (rações, adubos, gasóleo, pesticidas, máquinas agrícolas, etc.) haverá uma inevitável baixa na produção agrícola.

Depois de lamentarem a falta de preços de garantia e de escoamento para os seus produtos, bem como a inexistência de apoio técnico por parte dos Serviços do Ministério da Agricultura, os agricultores reclamam, entre outras, a garantia do escoamento do vinho por parte da J.N.V., a intervenção da JNPP no mercado do porco ao preço de 220 escudos o quilo, medidas sanitárias que evitem a propagação das doenças nos gados, uma fiscalização rigorosa que impeça o contrabando de gado, uma redução no preço do gasóleo.

Governo retoma ofensiva

Indo mais longe que o seu antecessor no caminho da ilegalidade e do arbitrio, ai está o Governo PS/PSD a prosseguir a ofensiva contra a Reforma Agrária. Desta feita foi a entrega de uma reserva composta por herdades das cooperativas Monte Velho, de Alcáçovas (Viana do Alentejo), e Povo Unido, de São Vicente de Valongo (Évora), a uma família de agrários que até o anterior secretário de Estado da Agricultura, José Goulão, considerou absentista, em despacho que emitiu para o efeito.

A família de agrários, Barahona Cruz e Silva, de seu nome, que já detém uma reserva em Alcáçovas do Sal com 724 hectares, vê-se assim premiada com mais uma reserva de 501,5 hectares que compreende o monte da herdade de Monte Velho, da cooperativa do mesmo nome, onde estão as respectivas instalações sociais. A cooperativa Povo Unido fica assim despossada do terreno de pastagem, situação que a obriga a vender as suas mandas e a perder um terreno que garante 25 postos de trabalho.

Registe-se, entretanto, que para fazer esta entrega, o actual secretário de Estado teve que revogar o despacho do seu predecessor que, ao considerar que os agrários nunca tinham cultivado a terra, os limitava à posse de uma só reserva que não excedesse os 35 mil pontos.

Neste domínio, como em todos os outros, ai temos a evidência dos factos a comprovar que este Governo consegue ir muito mais longe que a própria «AD».

GRANDE BANCA DE NATAL
A PARTIR DO DIA 6 DE DEZEMBRO
NO CENTRO DE TRABALHO
VITÓRIA AV. DA LIBERDADE, 170



GRANDE VARIEDADE DE PRODUTOS
ABERTO AO PÚBLICO DIARIAMENTE

COMISSÃO DE CT VITÓRIA

Poder local

Vitória do povo do Porto, da APU e do Poder Local democrático

Reposta a tarifa de I\$40!

«Importante marco na história da cidade do Porto» considera a APU que foi a Assembleia Municipal realizada no passado dia 29 de Novembro, que repôs a tarifa de energia eléctrica em I\$40. Essa sessão extraordinária, convocada por 13 mil cidadãos eleitores com o apoio de 30 deputados municipais, repôs assim a legalidade quebrada pelo Conselho de Gerência dos SMGE quando decidiu aumentar a tarifa para 4\$65 e 7\$10, e respondeu justamente ao vivo protesto popular contra os aumentos brutais das tarifas, reclamando do Governo o respeito pela situação específica do Porto, exigindo o diálogo e a negociação.

Esta reunião da AM foi entusiasticamente acompanhada por mais de um milhar de pessoas que encheram a sala e corredores contíguos e se aglomeraram na praça fronteira ao edifício.

Helena Medina, eleita pela APU, que tomou a palavra no início da sessão, recordaria a importância desta Assembleia, quer pelo problema em apreço quer pelo grande apoio popular que lhe estivera na base e que suscitara, e fez referência às tradições daquele órgão, que em 1638 se recusou a cumprir a ordem de proceder à cobrança do «Real d'Água» por reconhecer «a notória pobreza de todo o povo».

A intervenção da APU fundamentou-se mais uma vez na situação específica do Porto:

Respeitar o Porto não é desrespeitar os interesses nacionais

«Durante dezenas de anos foi incentivado no Porto o consumo de electricidade como única fonte de energia. Por interesses de que a cidade do

dadas as possibilidades de abastecimento por fontes de energia alternativas (antigos e novos edifícios), a viabilidade e a utilidade económica da remodelação inteira dos equipamentos electrodomeésticos (cilindros, fogões, aquecimento), tem que ser estudada toda a problemática dos tarifários e dos escalões».

Esta referência à situação específica do Porto não exclui o desacordo da APU, igualmente sublinhado, com o «preço insuportável do tarifário nacional»: segundo ali foi lembrado por Helena Medina, «a aplicação da tarifa de 7\$10 aos consumidores domésticos está a criar em todo o País problemas de tal modo graves que não podem deixar de ser considerados». Helena Medina atribuiu a responsabilidade pelo «valor inoportuno desta tarifa» aos sucessivos governos depois de 1976, às suas opções energéticas, às tentativas de destruir a EDP como empresa única de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica.

Encontrar uma solução justa pelo estudo e o diálogo

Em comunicado de saudação ao povo do Porto pela grande vitória alcançada, a APU afirma a sua confiança em que «com a força da unidade e da razão e o apoio da AM o povo do Porto conseguirá uma solução justa para o problema das tarifas». Sublinha

em seguida a Coordenadora do Porto a grande importância da deliberação da AM, que assim ratifica a sua própria deliberação de 1 de Julho. Isto é, a tarifa é fixada em I\$40 até 31 de Janeiro e passa depois para I\$70, no que respeita ao consumo doméstico, e é de 3\$45 para o comércio e indústria.

«Nenhuma força política e nenhum órgão autárquico — considera a APU — pode deixar de ter em conta estas importantes deliberações».

Nesse sentido, a Aliança Povo Unido reafirma a urgência da constituição de uma comissão de estudo do tarifário da electricidade e das formas alternativas de energia, integrando representantes das várias forças políticas, técnicos dos SMGE e da Câmara e outros, que formule uma proposta de tarifário justa que atenda à situação específica do Porto e propostas de medidas alternativas a tomar e a serem submetidas à apreciação da Câmara e da Assembleia Municipal, e que sirvam de base a uma negociação com o Governo. Há que negociar e reclamar um sistema de escalões tarifários que tenha em conta o volume dos consumos, o tipo de actividade e a capacidade económica dos consumidores.

A APU considera ainda «essencial o respeito pelo funcionamento democrático e pela estabilidade dos órgãos autárquicos. Isto significa o respeito pelas respectivas competências e pelas deliberações legal-

mente tomadas e a recusa de atitudes de rotura e desestabilização ao sabor de estereótipos e estreitos partidarismos».

Por outro lado, a APU «alerta vivamente a opinião pública para as manobras em curso dirigidas pelo PS e PPD para destruir a EDP como empresa única de produção, transporte e distribuição de energia, chegando ao ponto de deputados seus afirmarem que defendem os aumentos da luz para evitar a integração». Pelo contrário, «a APU reafirma a sua posição de defesa da EDP e a necessidade da integração dos SMGE na EDP desde que garantida uma tarifa para o Porto que tenha em conta a situação específica da cidade, o nível dos consumos, os ramos de actividade e a capacidade económica dos consumidores».

Vitória também na Maia

Entretanto, poucos dias depois da decisão da AM do Porto, também a Assembleia Municipal da Maia, amplamente participada pelos municípios, decidiu, por proposta da APU, revogar a decisão ilegal dos SMÉAS que aumentou de 2\$70 para 4\$00 a tarifa de energia eléctrica bem como a devolução aos municípios do dinheiro ilegalmente cobrado. Decidiu ainda que a CM da Maia se juntasse à CM do Porto no sentido da negociação com o Governo de uma tarifa que tenha em conta a situação existente na região.

Nacional



Acusando o imperialismo

Pioneiros de Portugal presentes em Luanda num Tribunal Internacional

Pertença da Humanidade, propriedade de todos os homens e mulheres que compreendem a luta para a defesa dos direitos da criança — assim foi definido pelo primeiro-secretário da JMPLA- Juventude do Partido, Domingos Bartolomeu, membro do Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho, a realização do Tribunal Internacional «As Crianças Acusam o Imperialismo» que decorreu em Luanda, capital da RP de Angola, nos três últimos dias do passado mês de Novembro. A afirmação foi proferida no discurso de encerramento dos trabalhos, após a apresentação do veredicto final pela jurista belga Paulette Pierson Mathi, professora de Direito Internacional na Universidade de Bruxelas.

O Tribunal Internacional «As Crianças Acusam o Imperialismo» foi organizado pela OPA — Organização de Pioneiros-Agostinho Neto, pelo Comité Internacional para o Movimento das Crianças e Adolescentes (CIIMEA) e o Movimento PAN-AFRICANO da JUVENTUDE (MPJ), por ocasião das comemorações do dia 1.º de Dezembro, que marca o 15.º aniversário da morte de Augusto N'Gangula, Pioneiro Heróico do MPLA. Cento e dezasseis representantes de 41 organizações internacionais de jovens e crianças da África e do Mundo — entre elas uma delegação dos Pioneiros de Portugal — assim como personalidades independentes, participaram activamente no Tribunal.

O Tribunal estabeleceu como seus objectivos essenciais «fomentar a solidariedade com a luta dos povos, particularmente das crianças do Continente Africano, contra o colonialismo, o racismo, o «apartheid» e o imperialismo, nomeadamente para com as crianças da África Austral, promover o reforço da solidariedade com a justa luta dos povos e crianças da América Latina, Europa, Ásia e Médio Oriente, sensibilizar a opinião pública internacional sobre a situação das crianças no mundo, permanentemente agravada pela agressividade crescente do imperialismo», e também mobilizar a opinião pública para a condenação da política imperialista da corrida aos armamentos e da criação de zonas de tensão, contra a Paz e o desanuvio internacional.

Condenar o plano e os preparativos acelerados de instalação de novos mísseis nucleares norte-americanos em vários países da Europa Ocidental como principal ameaça à paz e ao futuro feliz das crianças, foi outro objectivo do Tribunal, propondo-se o apoio e a participação activa na luta levada a cabo por todas as forças progressistas e democráticas, incluindo as forças da paz e os movimentos contra a guerra nuclear, para salvaguardar a paz universal, salvando-se as iniciativas de paz formuladas pela comunidade socialista e particularmente a União Soviética.

O veredicto

No final dos trabalhos, que decorreram em sessões plenárias, seria apresentado um veredicto final, lido como já dissemos pela jurista belga Paulette Pierson Mathi e emanando da unanimidade de um júri internacional composto por personalidades de grande relevo internacional.

Assim, após diversos considerandos onde se revela a violação e negação pelo imperialismo do sagrado direito dos povos à autodeterminação e à independência (atentando de forma grave contra a liberdade dos povos, sendo as crianças as maiores vítimas que sofrem diariamente a violência desenfreada e os horrores que caracterizam as guerras de repressão colonial e de agressão), a pilhagem imperialista aos recursos naturais dos países em vias de desenvolvimento como fonte de injustiça ainda reinante no Mundo e a necessidade de as crianças viverem num clima de paz, de liberdade, independência e justiça, como está estipulado na declaração da ONU sobre os direitos da criança, os participantes no Tribunal apontaram:

— Condenar a política imperialista de agressão e ingerência nos assuntos internos dos Estados soberanos;

— Condenar o apoio imperialista aos racistas sul-africanos na guerra não declarada que move contra os países da Linha da Frente;

— Saudar o avanço vitorioso da luta de libertação nacional dos Povos da Namíbia e da África do Sul, conduzida pela SWAPO e pelo ANC;

— Condenar a pretensa «reforma constitucional» introduzida pela minoria branca na África do Sul, como manobra de diversão, sublinhando-se que o «apartheid» não é susceptível de reforma;

— Condenar a violação pela África do Sul das resoluções da ONU para a concessão da independência à Namíbia, nomeadamente a resolução 435, numa tentativa concertada com os EUA e outras potências ocidentais no sentido de afastar a SWAPO como único e legítimo

representante do povo namibiano no processo da sua independência;

— Condenar a guerra não declarada pela África do Sul contra Angola, Moçambique, Zâmbia, Lesoto e Zimbábue;

— Exigir a retirada imediata e incondicional do exército racista sul-africano do território da República Popular de Angola, da zona ocupada há mais de dois anos;

— Rejeitar e condenar o regime desumano do «apartheid», declarado pela ONU como crime contra a Humanidade, e exigir a liberdade para os povos da Namíbia e da África do Sul;

— Condenar Marrocos que, apoiado pelo imperialismo, continua a impor uma guerra colonial e mortal ao povo do Sahara Ocidental;

— Exigir a imediata implementação da resolução sobre o Sahara Ocidental, adoptada pela 10.ª cimeira da OUA (que preconiza negociações directas entre a Frente Polisário e o regime de Marrocos, tendentes ao cessar-fogo e à realização do referendo da autodeterminação);

— Expressar profunda preocupação face à situação que se vive no Tchad e condenar a ingerência imperialista no conflito, assim como as constantes ameaças e provocações contra o povo líbio;

— Expressar satisfação pelos esforços dos países progressistas de África a favor da consolidação da independência nacional e da construção de uma sociedade nova;

— Indignar-se pela criminoso colaboração, particularmente militar e nuclear, entre os EUA, certos países ocidentais, Israel e Pretória, o que constitui grave ameaça à paz, segurança e estabilidade dos Países Africanos;

— Saudar o reforço da unidade anti-imperialista e da resistência antifascista na América Latina e condenar o reforço da agressividade imperialista, particularmente na região da América Central e Caraíbas;

— Declarar que a guerra imperialista contra os povos da Nicarágua e El Salvador e o apoio aos regimes fascistas do Chile, Uruguai e Guatemala e a outras ditaduras, as ameaças e agressões contra a Cuba socialista, agravam as dificuldades dos povos e pioram a situação já precária das crianças da América Latina em geral e da América Central em particular;

— Condenar severamente a invasão norte-americana de Granada;

— Condenar as ameaças cada vez mais precisas de invasão na Nicarágua;

— Condenar a multiplicação das conspirações imperialistas e sionistas contra os povos do Médio Oriente;

— Apoiar a justa luta do povo palestino sob a liderança da OLP, pela criação de um Estado palestino independente e soberano;

— Saudar os esforços do Vietnam Socialista e da RDP da Coreia do Sul, em condições difíceis, construírem uma nova sociedade, assegurando um melhor futuro para as suas crianças;

— Denunciar o imperialismo e as forças reacţionárias pela crescente tensão na Ásia, nomeadamente pela guerra não declarada contra o Afeganistão e o Kampuchea;

— Expressar solidariedade ao povo de Chipre e condenar a proclamação unilateral da independência dos cipriotas turcos;

— Condenar a agressão e ocupação de Timor Leste por forças estrangeiras, assim como o genocídio, por essas forças do povo mauere;

— Apelar às forças amantes da paz e da liberdade, e a todos aqueles que têm uma responsabilidade na educação das crianças e adolescentes, a unirem os seus esforços para reforçar o apoio e a solidariedade de para com os povos, em particular das crianças de todo o mundo, para defender os direitos fundamentais da criança;

— Expressar a necessidade e recomendar que se continue organizando actividades tais como o Tribunal Internacional de Luanda, para salvaguarda dos direitos das crianças;

— Manifestar profunda gratidão ao MPLA-Partido do Trabalho, ao Governo e ao povo da República Popular de Angola, pela cordial hospitalidade e as boas condições de trabalho asseguradas.

Domingo Eleições em Monforte da Beira

A APU vai no domingo às eleições de Monforte da Beira para ganhar. O seu programa, levado no último fim-de-semana num porta a porta a todos os monforteiros, corresponde às aspirações mais imediatas e mais sentidas de toda a população, e toda a população sabe que com a APU pode ser posto de pé.

De facto, dissolvida ao fim de três meses por demissão dos eleitos do PS e do PSD, a Junta de Freguesia de presidência APU eleita há um ano fez mais pela sua terra e pelos seus contrarriados que seis anos de gestão PS — seis anos de imobilismo, de agravamento do abandono a que estava remetida a população, nos tempos do fascismo, como se a Revolução de Abril não tivesse triunfado e não tivesse instituído o Poder Local democrático, que deu palavra, meios e força às populações.

Gerida desde há meses por uma comissão administrativa de que a APU, força mais votada, foi arredada, a freguesia de Monforte da Beira voltou ao marasmo que não há tintas de demagogia PS/PSD que possam negar. Como a APU, a população denuncia a «generosidade» de última hora da Câmara de Castelo Branco, que mandou para a freguesia uma

máquina que trabalha, diz-se, a quatro contos à hora — para deslocar lama de um lado para o outro! Enquanto isso, para a velha necessidade que é a estrada Monforte-Ladoeiro não há grão de pó que se mova... Um cenário de muitas outras demagogias está aliás em curso (é natural que a promessa de construção daquela estrada vá ainda aparecer), com um empenhado esforço do PSD (que nem concorre às eleições do próximo domingo, como se sabe): no domingo, lá esteve a prometer pelo PS o presidente da Câmara de Castelo Branco — do PSD —, e para ontem se articulava a visita a Monforte de dois membros do Governo, um deles o secretário de Estado das Obras Públicas — do PSD...

... PSD que no entanto vai ser inútil procurar nas listas: o PS é o único opositor à APU, a tentar chegar à maioria através dos votos da ex-«AD».

Um programa para o progresso de Monforte

É porém inútil pensar que quer a ex-«AD» quer o PS em Monforte da Beira são hoje o que eram em Dezembro. A APU e João Nunes, de novo cabeça de lista, em poucas semanas souberam merecer a confiança da população: cumpriram o que puderam, e cumprirão o que agora prometem e está afinal na continuidade do

Carlos Costa na sessão de encerramento

trabalho iniciado com as eleições de Dezembro. E isto — dizem no programa eleitoral — «qualquer que sejam as atitudes da CM de Castelo Branco ou do seu presidente», em manifesta alusão aos boicotes sofridos pelos legítimos representantes da população, por ela eleitos, até à dissolução da Junta e às súbitas «ajudas» encaminhadas para a comissão administrativa, aliás da-

das e usadas com critério mais que suspeito e ainda assim totalmente ineficaz.

Como antes com a ajuda da população, a APU, por seu lado, é concreta e realista: propõe-se instalar um parque infantil, apoiar os idosos e as actividades culturais e desportivas especialmente viradas para a juventude, conseguir um médico permanente que dê consultas diárias, uma cabine telefónica pública, promover as actividades culturais, sociais e

económicas em Monforte. Levantar até ao fim as obras já iniciadas: a rede de esgotos que sirva todas as ruas da freguesia, o arranjo dos caminhos e, terminada a instalação dos esgotos, o seu calcetamento. E «continuar a lutar pelo apoio das entidades competentes à construção da estrada Monforte-Ladoeiro».

A campanha pela confirmação da vitória da APU, que tem

sido pontuada por numerosas iniciativas e encontros dos candidatos com a população, teve no último domingo um ponto alto, com o porta-a-porta que já referimos a chegar a cada casa de Monforte e a animação levada às ruas pelos Bombeiros de Almaceda — um dia diferente nesta terra beirão tradicionalmente abandonada como tantas outras deste distrito (e de tantos outros distritos), com essa singular particularidade de ter sabido escolher (a única entre as 25 freguesias de Castelo Branco, e pela primeira vez em Dezembro passado) os mais capazes de trabalhar pelo bem da sua terra.

E de poder relegê-los pelas provas dadas, por escassos que tenham sido os três meses de trabalho normal que lhes foi permitido.

Amanhã, sexta-feira, para o encerramento da campanha eleitoral da APU, estará em Monforte da Beira o camarada Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, que ali intervirá assim como João Nunes, que se candidata de novo à presidência da Junta de Freguesia.

Autarquias APU recusam colaborar com o Governo na aplicação do «lay-off»

Após reunião convocada pelo Governo entre as Câmaras do distrito de Lisboa, a Câmara de Setúbal e a Associação de Municípios do distrito de Setúbal, por um lado, e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, por outro, na qual se tentou envolver Câmaras e Juntas de Freguesia na aplicação da lei dos despedimentos conhecida por «Lay-off» a pretexto dos prejuízos causados pelas recentes inundações, os presidentes dos municípios de Vila Franca de Xira, Sobral de Monte Agraço, Amadora, Azambuja, Loures, Setúbal, Barreiro (este também na qualidade de presidente da Associação de Municípios do distrito de Setúbal), Palmela e Alcochete «recusam terminantemente» qualquer colaboração nesse sentido, como se afirma em declaração ontem tornada pública e que transcrevemos:

por vezes dramáticas, para tentar a aplicação prática de uma lei da qual não resultará a resolução de nenhum problema mas apenas o agravamento da situação dos trabalhadores e do clima social nos nossos concelhos.

2. As empresas afectadas é necessário prestar todo o apoio necessário, por meio de créditos e subvenções es-

peciais, em vez de se pretender despedir trabalhadores e diminuir os salários, o que aliás a generalidade das empresas nem sequer solicitou.

3. Recusando terminantemente qualquer colaboração com o Governo na aplicação oportunistamente da chamada «Lay-off» a pretexto de prejuízos causados pelas cheias ou qualquer outro, continua-

remos a empenhar-nos em que o Governo assuma as suas responsabilidades, pondo termo ao corte da assistência aos desalojados, garantindo às autarquias os subsídios previstos para os casos de calamidade pública e circunstâncias anormais e prestando os apoios necessários aos estabelecimentos comerciais, industriais e agrícolas atingidos de forma

a que estes retomem a sua normal laboração.

É necessário que o Governo honre as suas promessas, sem fugir às responsabilidades, sem tentar empurrá-las para as autarquias e sem se aproveitar da situação para a aplicação da lei dos despedimentos ou de outras medidas lesivas dos interesses dos trabalhadores.

Desalojados e sinistrados das cheias: criminoso indiferença do Governo

A população de Loures deslocar-se-á em peso à Assembleia da República, se até ao dia 12 o Governo não responder satisfatoriamente às reivindicações prioritárias definidas em reunião conjunta dos eleitos de todos os órgãos autárquicos do concelho.

Nessa reunião, que examinou detalhadamente a situação dos sinistrados e em primeiro lugar a dos desalojados, que no concelho são mais de 500 pessoas num total de 153 famílias, foi aprovado um documento já endereçado ao Governo reivindicando a continuação do fornecimento de alimentos e essas famílias, interrompido há três dias por parte do Serviço Nacional de Protecção Civil e a que a Câmara teve que prover recorrendo à solidariedade da população e à que lhe chegou da Reforma Agrária/zona de Évora e da emigração. Reivindicar-se, por outro lado, o realojamento dos que ficaram sem casa através da requisição dos fogos devolutos existentes no concelho e a indemnização dos comerciantes e industriais que perderam bens e sofreram prejuízos que impedem a continuação da sua actividade.

O Governo, que teve como todos nos lembramos o cuidado de fazer o seu primeiro-ministro tomar conhecimento in loco (ainda que de cima...) da tragédia provocada pelas cheias de 19 de Novembro último, prova-se (e repova-se) que o fez em pura propaganda, já que ninguém acreditava que seja massoquismo...

Quanto a verbas — e todas as autarquias insistem na permanência de lhes serem dados «meios financeiros» — ficou-se pelas promessas — e, evidentemente, tão parcas que só para o concelho de Loures, feito agora pelo município, o levantamento sectorial dos prejuízos, seria necessário mais de metade da verba que diz ir conceder.

As autarquias APU — e é Vila Franca de Xira que o diz num comunicado — «continuem abertas à recepção de todas as declarações dos prejudicados pelas cheias», para não falar já do levantamento que todas elas estão fazendo dos equipamentos colectivos destruídos e que urge reparar ou refazer.

Mas a sua capacidade de resposta é muito limitada. Porque mudo e quedo continua o Governo, assim como estruturas, departamentos e serviços governamentais competentes, com a única excepção (que algumas autarquias relevam) para o Serviço Nacional de Protecção Civil, carenciado porém de meios.

É no entanto a situação dos desalojados que mais dramática é em todas as autarquias mais atingidas. Na Amadora, informa a Câmara, há 100 famílias desalojadas, agora colocadas pela Cruz Vermelha em tendas, em condições inadmissíveis, e muitas casas irremediavelmente irreparáveis. Há quem esteja em perigo de vida.

Será que este Governo «existe»?

Intervenções portuguesas

Acusamos o Imperialismo pela fome, pelas mortes, pelos mutilados, pelos doentes, pela destruição de casas, escolas, hospitais, parques, e da bela paisagem do nosso planeta. Pedimos ao júri deste Tribunal que não tenha condescendência com o imperialismo. Assim terminou a sua intervenção a jovem «Pioneira de Portugal», Teresa Vicente, numa das sessões plenárias do Tribunal Internacional «As Crianças Acusam o Imperialismo», realizado no final do mês de Novembro em Luanda. Antes disso enunciará os direitos da criança, num texto cheio de frescura, fazendo contraponto com as graves situações, vividas em largas zonas do planeta, atentatadas desses direitos.

«No meu país — explicava a jovem Teresa perante o Tribunal — a Revolução de 25 de Abril acabou com o pôr-do-sol aos quadradinhos, com a repressão e trouxe para nós crianças a esperança de melhores dias. Os direitos da criança foram incluídos na Constituição. Os trabalhadores começaram a viver melhor e o sol começou a brilhar para os seus filhos. Construíram-se casas, jardins infantis, escolas, parques... e o sol continuou a brilhar se as nuvens do inimigo não começassem a obscurecer o nosso país. É mais fácil destruir que construir, e o inimigo não só

impediu a continuação desse trabalho como tem vindo a destruir o que já estava feito».

Manuela Batalha, responsável pela delegação dos Pioneiros de Portugal que se deslocou a Luanda para participar nos trabalhos do Tribunal Internacional «As Crianças Acusam o Imperialismo», começaria por saudar, na sua intervenção, a pátria de Agostinho Neto e todas as delegações regionais e internacionais presentes, bem como a realização daquele Tribunal Internacional, expressando de seguida a mensagem de paz e solidariedade das crianças portuguesas, e lamentando a atitude do actual Governo português, contrariando os ideais de Abril e os sentimentos do Povo português, ao dar cobertura aos que conspiram contra a RP de Angola.

Após louvar a acção dos Pioneiros Agostinho Neto, sublinharia «acompanhamos com grande preocupação o aumento da agressividade da política belicista norte-americana e com particular atenção a campanha de instalação de novos mísseis nucleares na Europa, e assistimos incrédulos à cedença de governos europeus contra a vontade dos seus povos».

«E que fácil seria — terminava Manuela Batalha — queridos amigos, se as crianças fossem ouvidas e os seus direitos respeitados».

Trabalhadores

Pelo pagamento de salários

VIGÍLIA DE NATAL — decide a CGTP-IN

• Professores planeiam greve para o dia 13

A CGTP-IN, que decidiu promover uma vigília de Natal pelo pagamento dos salários em atraso, afirmava no dia 30 que o total dos trabalhadores nessa situação atinge os 120 mil. Reunida na véspera a Comissão Executiva da Central decidiu levar a cabo essa forma de luta, na véspera da consoada (23 de Dezembro) «em vários distritos do País, nos termos a definir pelo Conselho Nacional» (reunião marcada para hoje e amanhã) e pelo Plenário Nacional da Inter, que deverá reunir-se no próximo domingo.

Por várias formas e meios desenvolviam-se entretanto diversas acções de protesto, lutas e intervenção junto de entidades públicas para conseguir o pagamento de salários e outras remunerações em atraso, salvar da falência numerosas empresas, tornar viáveis sectores abandonados, como acontece com parte substancial da indústria vidreira, impedir a concretização do assalto generalizado ao sector empresarial do Estado (SEE), afastar o espectro do desemprego em massa e os despedimentos.

Juntamente com outras reivindicações, assinala-se a exigência do cumprimento da Constituição, como acontece na Função Pública em luta pelo direito à negociação colectiva dos respectivos instrumentos de regulamentação de trabalho, designadamente as tabelas salariais para 1984.

Registaram-se entretanto acções de protesto contra a entrega da banca nacionalizada e de outros sectores públicos e nacionalizados ao grande capital financeiro, aliado aos grupos multinacionais.

Entretanto, o secretário da União dos Sindicatos de Évora dava a conhecer ao governador do distrito a situação difícil em que se encontram mais de um milhar de trabalhadores da zona, que no fim de Novembro tinham salários em atraso superiores a vinte mil contos. A União, que enumera 13 empresas devedoras, ligadas nomeadamente aos sectores da construção civil e mármore, comércio, metalurgia e indústria alimentar, exigiu a intervenção do governador civil junto do Governo no sentido de resolver pelo melhor essa situação. Responsabilizando a política PS/PSD, que se tem «pautado pelo agravamento desenfreado dos problemas do País, dos trabalhadores e da população», a União dos Sindicatos de Évora lembra, num documento entregue ao governador, que essa política não atinge apenas as famílias dos trabalhadores, «que já não ganham para comer». Além do desemprego e da fome, com

origem nas tentativas para destruir a Reforma Agrária, a política do Governo «pretende levar à falência as pequenas e médias empresas industriais e comerciais», salienta a União, defendendo «uma nova política» com vista à «defesa dos direitos e regalias dos trabalhadores, da população e do País».

Empresas de Cascais

O roubo escandaloso de grande parte do 13.º mês, os salários atrasados, o aumento do desemprego, as ameaças de despedimento e aplicação do «lay off», bem como outras situações de instabilidade de emprego, repressão e limitação de direitos, eram entretanto denunciadas pelo Executivo da Comissão Concelhia de Cascais do PCP, que cita, entre outras, as empresas Sipe, Rupe, Ruobel, Daco, Ferrumil, Shiep (salários em atraso) e a Standard Eléctrica, Vitron, Emacec-Samsung, Hotel Cibra, Hotel Baía, Hotel Atlântico, Hotel Sintra-Estoril («intimidação, repressão, limitação dos direitos e liberdades dos trabalhadores»). Em parte, nessas e noutras unidades, como a Soplacas, Euronadel, J. B. Pedroso, Sterling Farmacéutica, Hotel Paris, Hotel Inglaterra, Touring Clube de Portugal, Supermercados Expresso, registam-se «manobras para aplicação do «lay off», falta de cumprimento da contratação colectiva, tentativas de destruição de empresas, roubo de máquinas, utilização em proveito próprio do erário público e fuga de capitais para o estrangeiro», acusa a Concelhia de Cascais em comunicado recente.

Como aqui se noticiou a semana passada, as organizações representativas (ORTs) do mesmo sector, na concentração do dia 24 junto à Assembleia da República aprovaram uma moção entregue aos órgãos de soberania, repudiando a decisão governamental de abrir a banca e outros sectores nacionalizados ao capital privado e rejeitando o Orçamento do Estado e as Grandes Opções do Plano. O Governo «ataca as empresas públicas, mas vai lá buscar 58 milhões de contos», sublinham as ORTs do sector que se manifestam dispostas a continuar com a mobilização dos trabalhadores para desenvolver outras acções em defesa das empresas nacionalizadas e por «uma nova política democrática».

Em parte, nessas e noutras unidades, como a Soplacas, Euronadel, J. B. Pedroso, Sterling Farmacéutica, Hotel Paris, Hotel Inglaterra, Touring Clube de Portugal, Supermercados Expresso, registam-se «manobras para aplicação do «lay off», falta de cumprimento da contratação colectiva, tentativas de destruição de empresas, roubo de máquinas, utilização em proveito próprio do erário público e fuga de capitais para o estrangeiro», acusa a Concelhia de Cascais em comunicado recente.

Ações de luta no Barreiro

Cerca de 3000 trabalhadores do sector público e nacionalizado da economia, ameaçados de despedimento colectivo e com salários em atraso, ocuparam simbolicamente as delegações bancárias do Barreiro numa acção de protesto em

defesa daquele sector, designadamente a banca, os seguros e outros ramos de actividade já abertos por este Governo à acção desagregadora do grande capital. Durante a ocupação simbólica do dia 29, representantes dos trabalhadores leram uma moção apoiando as nacionalizações e reafirmando o seu valor para a economia nacional. Concentrados mais tarde diante do Município, os trabalhadores foram recebidos em delegação pelo presidente da Câmara, Helder Madeira, a quem foi entregue a moção lida nas delegações bancárias e na qual se exorta os trabalhadores a continuar a luta contra este Governo e esta política, reforçando a unidade no sentido de conseguir preservar as nacionalizações, os postos de trabalho e o pagamento dos salários todos os meses. No fim da jornada, que reuniu os trabalhadores das maiores empresas da zona, nomeadamente a Equimetal, CP e Quimigal, os manifestantes regressaram ao trabalho dispostos a prosseguir com as formas de luta necessárias à defesa dos salários, dos postos de trabalho e das unidades do sector empresarial do Estado.

Como aqui se noticiou a semana passada, as organizações representativas (ORTs) do mesmo sector, na concentração do dia 24 junto à Assembleia da República aprovaram uma moção entregue aos órgãos de soberania, repudiando a decisão governamental de abrir a banca e outros sectores nacionalizados ao capital privado e rejeitando o Orçamento do Estado e as Grandes Opções do Plano. O Governo «ataca as empresas públicas, mas vai lá buscar 58 milhões de contos», sublinham as ORTs do sector que se manifestam dispostas a continuar com a mobilização dos trabalhadores para desenvolver outras acções em defesa das empresas nacionalizadas e por «uma nova política democrática».

Enquadrada no plano da Federação Nacional do sector, essa proposta vem no seguimento de outras acções que os professores — lembra o SPGL — têm levado a cabo, «de forma geral e por sectores de ensino», com vista a «contrariar

Mais de 60 mil com salários de há três anos

Numa exposição dirigida ao ministro do Trabalho, a Federação Nacional dos Sindicatos da Construção Civil, Mármore e Madeiras, depois de uma referência à recente «suspensão do secretário de Estado», daquela pasta, recorda que «já há seis meses» que foi pedida uma audiência a este membro

do Governo (agora afastado devido a um processo em tribunal) para lhe expor «o problema de mais de 60 000 trabalhadores das serrações, carpintarias, mobiliário, importação e exportação de madeiras», que «desde Junho de 1981 não vêem revistos os seus salários de miséria, ou seja os seus 13 mil escudos, através do salário mínimo nacional, e os seus 11 mil escudos contratuais, isto nos oficiais de primeira (marceneiros)». A Federação, que reivindica a publicação de uma portaria de regulamentação de trabalho (PRT) para aquele ramo, após sete reuniões de um «processo de conciliação» que não levou a lado nenhum, solicitou para o dia 7 do corrente uma audiência com o ministro do Trabalho, a quem pergunta, nomeadamente, «como passaria o seu Natal com 13 mil escudos, sujeitos a descontos, e com o actual aumento do custo de vida» sempre a crescer.

Greve provável dos professores

«Caso não se dê efectivo início à negociação entre o Governo e os Sindicatos» no processo de negociação da Função Pública (reunião entretanto agendada para ontem, dia 7, com o ministro Almeida Santos) o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) poderá convocar uma greve para o próximo dia 13. No princípio desta semana, o Sindicato pôs à discussão nas escolas uma proposta nesse sentido.

Enquadrada no plano da Federação Nacional do sector, essa proposta vem no seguimento de outras acções que os professores — lembra o SPGL — têm levado a cabo, «de forma geral e por sectores de ensino», com vista a «contrariar

situações e medidas lesivas dos seus direitos e interesses».

Entre essas situações e medidas, pelas quais o SPGL responsabiliza a política actual, é sublinhada a relutância do Governo em negociar com os Sindicatos, designadamente (e abrangendo toda a Função Pública) «a situação salarial para 1984». A revisão das remunerações do TFP «deve ter lugar já no próximo mês de Janeiro» — nota o SPGL, lembrando a situação que entretanto piorou ainda mais com a «aplicação do imposto de 28 por cento sobre os vencimentos de Novembro».

O Sindicato, que convocou uma assembleia geral descentralizada (Lisboa, Setúbal e Santarém) para ontem, 7, às 21 horas, espera que, se vier a confirmar-se a reunião agendada com o ministro Almeida Santos para o mesmo dia, nela sejam debatidas «a negociação salarial e outras matérias do âmbito geral da Função Pública».

Noutro âmbito, do Ministério da Educação, onde «avultam ainda os problemas relacionados com a abertura do ano lectivo (são ainda hoje dezenas de milhares de alunos para quem as aulas não abriram)», o SPGL sublinha que a luta no sector tem-se desenvolvido contra medidas e projectos do Governo, que pretende «suspender no próximo ano os contratos plurianuais e a profissionalização de professores nos ensinos primário e secundário».

Outra recusa manifestada pelo Sindicato refere-se aos professores do ensino primário e aos educadores de infância que, segundo o projecto governamental, «estão ameaçados de transição para as autarquias, no que respeita ao pagamento de vencimentos e subordina-



Após diversas formas de luta, que incluíram uma marcha da fome que acabou em Lisboa junto a São Bento, os trabalhadores da CIFA, (Valongo) há oito meses sem salários e sem subsídio de férias, apresentaram na segunda-feira ao Governo (delegação das ORTs recebida nos ministérios do Trabalho, da Indústria e das Finanças) uma proposta alternativa para a viabilização da empresa, com o consequente pagamento dos salários em dívida e a salvaguarda dos postos de trabalho. Na foto: pormenor de uma vigília em Fevereiro

ção disciplinar». O SPGL acrescenta que «a nova delimitação de competências», no que respeita às autarquias, é «um projecto do Governo» já «em adiantado estado de concretização».

O SPGL, referindo-se ainda a situações, medidas e projectos do Governo para o ensino, afirma que as acções de luta no sector «irão possivelmente sofrer uma agudização, se as posições do Governo não se alterarem rapidamente».

FP: nova concentração

A Frente Comum dos Sindicatos, de que saiu a actual comissão negociadora sindical

(CNS) e que entre as trinta associações inclui os Professores, decidia entretanto efectuar uma concentração em São Bento, no próximo dia 13, por ocasião do debate do Orçamento do Estado já aprovado, como é sabido, na generalidade pela Assembleia da República. Decidida em plenário, a concentração inscreve-se no prosseguimento da luta pelo direito à negociação colectiva e por salários compatíveis com o aumento do custo de vida para 1984. As organizações sindicais representativas da Função Pública, cujas reivindicações interessam a mais de 300 mil trabalhadores, têm razões sólidas para intensificar a luta perante as intenções do Governo,

manifestadas em várias ocasiões, nomeadamente recusando receber os Sindicatos representativos e levando a tribunal dirigentes e activistas sindicais, que acabaram por ser absolvidos na madrugada de anteontem, depois de um julgamento em três sessões derivado da detenção durante uma vigília sem qualquer perturbação da «ordem pública» em frente à residência oficial do primeiro-ministro, Mário Soares.

Concentração no Rossio

Segundo proposta aprovada em plenário da União dos Sindicatos de Lisboa, no seguimento da vigília decidida pela comissão executiva da CGTP-IN para o próximo dia 23, haverá nessa noite a partir das 21 horas uma concentração no Rossio. A convocação da USL dirige-se prioritariamente aos trabalhadores sem salários ou com salários atrasados, «aos seus familiares, trabalhadores desempregados ou ameaçados de despedimento, bem como todos os trabalhadores que pretendam manifestar-lhes solidariedade».

A luta dos trabalhadores, que inclui esta vigília, «continua até que se instale uma política democrática e nacional, que promova o desenvolvimento económico e o progresso social, que combata o desemprego e tenha o apoio dos trabalhadores», conclui um comunicado da União dos Sindicatos de Lisboa com a data de 6 do corrente.



Entre os sectores nacionalizados que o Governo se prepara para devolver ao grande capital figuram os cimentos. A imagem documenta uma votação dos trabalhadores na cimenteira «Tejo» em 1975, ano das nacionalizações

Salários não chegam

Poder de compra nunca desceu tanto desde o 25 de Abril

• Desmentido o secretário de Estado do Emprego

Se os preços só subirem 24 por cento em 1983, como supõe o Governo (quando houver, claro, estatísticas oficiais) afirma a CGTP-IN, segundo o seu gabinete de estudos, que «a diminuição dos salários reais dos trabalhadores» nunca será «inferior a 8 por cento» este ano. No entanto, para saber o que valem aqueles 24 por cento — observa a Central — basta ver que, segundo o próprio INE (Instituto Nacional de Estatística) a subida do índice de preços, para o período de Dezembro de 1982 a Outubro de 1983, já atingiu os 25,7 por cento. Baseando mesmo assim o seu estudo nos 24 por cento admitidos pelo Governo, a Inter acrescenta que os 8 por cento da quebra no poder de compra dos salários reais (isto é o que fica depois dos descontos e dos impostos) será «a maior depois do 25 de Abril». O facto deve-se, segundo a Central, à política levada a cabo pelo Governo: verdadeiro assalto armado ao «já

reduzido poder de compra de quem tem como única fonte de rendimento o trabalho».

Divulgados com data de segunda-feira, dia 5, os resultados a que chegou o gabinete da Inter admitem ainda — embora não o confirmem — o dado oficioso segundo o qual «o aumento registado nos salários» será de 20 por cento relativamente a todo o ano de 1983, «o que certamente também não se observará, pois centenas de milhares de trabalhadores nem este aumento tiveram», como faz notar a CGTP.

O estudo da Central refere ainda que os descontos atingirão no fim do ano corrente entre 4 e 5 por cento dos salários. Explica a Inter que «um ponto de aumento foi para o Fundo de Desemprego e o resto diz respeito ao lançamento pelo Governo do imposto extraordinário sobre os rendimentos do trabalho, que levará (ou já levou em muitos casos) 28 por cento do 13.º mês». O que sobra para

além daquele ponto de aumento nos descontos deve-se, ainda segundo a Inter, à subida de «escala», e consequentemente, da taxa do imposto profissional». Os limites desses escalões não eram alterados desde 1980.

Por último a CGTP adverte que «a situação é ainda mais grave, se se tiver presente que o Governo actual tenciona prosseguir com a mesma política em 1984».

Secretário de Estado desmentido

A propósito de declarações recentes do secretário de Estado do Emprego, Rui Amaral, segundo as quais só tinham sido apresentados nas últimas semanas quatro pedidos de despedimento colectivo abrangendo — cita a Inter — «uma escassa centena de trabalhadores», a Central afirma que essas e outras declarações do SEE «contradizem frontalmente declarações de outros membros do Governo, entre os

quais Ernâni Lopes». Para este último, acrescenta a CGTP, está a verificar-se «um aumento do desemprego, que se irá agravar no decorrer do próximo ano». Referindo que «o secretário de Estado do Emprego não lê os jornais», a Inter faz notar que este membro do Governo «parece confundir, deliberadamente ou não, despedimento colectivo com redução de emprego, independentemente das formas que está assume».

Ao sublinhar o que realmente se passa quanto à «redução de emprego», que «está a processar-se nos vários sectores de actividade pelas vias mais diversas», a CGTP destaca, dando exemplos, o «encerramento puro e simples de empresas com despedimento de todos os trabalhadores, sem intervenção da Administração Pública», a «não renovação de contratos a prazo», o «recurso a reformas antecipadas», a «rescisão de contratos de trabalho» a «saída «volun-

tária» de trabalhadores, procurando no mercado de trabalho emprego mais estável, mas com o risco de desemprego — risco iminente na situação actual».

A Inter sublinha também «o recurso patronal à instabilidade de emprego, à ameaça de encerramento, ao não pagamento de salários», como factor adjacente à vaga de desemprego que está longe de estacionar, quanto menos dá diminuir e não contar «aspectos alarmantes». Dirigindo-se directamente ao secretário de Estado, que procura iludir esses aspectos, a CGTP conclui:

«O senhor secretário de Estado refere ainda não conhecer nenhum pedido de aplicação de «lay-off». Acreditamos que não haja nenhum. Mas não se confundam os pedidos com a realidade. O patronato tem as costas quentes. Não pede, procura logo aplicar, bastando referir a experiência da Fábrica Portugal. Será que o sr. secretário de Estado não lê os jornais?»



Preços proibitivos para salários que sofrem este ano a maior quebra desde o 25 de Abril

Internacional

Libano

ESCALADA DE VIOLÊNCIA POR ORDEM DE REAGAN

Primeiro foi o primeiro-ministro sionista Isaac Shamir a Washington entender-se com Reagan; entre outras coisas, como foi anunciado, foram examinadas questões relativas a operações coordenadas e conjuntas americano-israelitas no Médio Oriente. Shamir regressou a Israel satisfeito e grato: as pretensões sionistas continuam a encontrar na administração Reagan o melhor acolhimento e vice-versa.

Depois foi a vez de Amin Gemayel se encontrar com Reagan; apesar dos sorrisos que as câmaras registaram, das palmas nas costas e dos pedidos do presidente libanês ao apoio americano, o velho cowboy não atendeu à principal pretensão libanesa — a retirada das tropas israelitas que ocupam o sul do Líbano. Pode mesmo dizer-se que tudo o que de perto ou de longe esteja relacionado com os projectos de reconciliação nacional libanesa não teve qualquer eco na Casa Branca.

Isto foi na semana passada. Justamente quando as principais notícias do Líbano centram-se em atenções em Tripoli onde finalmente parece ter-se chegado a um acordo para pôr fim à guerra fratricida no seio da OLP. O que podia representar uma acalmia geral na conturbada situação libanesa eventualmente favorável às ne-

gociações para a reconciliação no Líbano. Ingenuidade a de quem acalentou tais esperanças.

O assassinato do juiz supremo da comunidade drusa, atribuído pelo dirigente socialista Wallid Jumblatt às milícias langistas, foi o detonador de nova onda de violência.

No sábado a aviação israelita bombardeia posições militares do Partido Socialista Progressista e da Síria nas montanhas do Chouf e no Vale de Bekaa, no que o comando militar sionista classifica de operações de rotina.

Depois destes bombardeamentos, e por coincidência no dizer do ministro da Defesa da França, os «super etendard» das forças francesas sobrevoam a região de Beirut.

No domingo, feito que foi o reconhecimento francês e por certo também por coincidência, vinte e quatro aviões norte-

-americanos atacam posições sírias no norte do Líbano, numa operação de represália expressamente autorizada por Reagan.

Como na política externa de Mitterrand as coincidências são como as cerejas, duas horas depois dos raids da aviação norte-americana os ministros da Defesa da França e dos EUA encontravam-se em Paris...

Caspar Weinberger diria dos ataques que eram medidas defensivas para proteger os voos de reconhecimento... Coincidências, está bom de ver!

A Síria e as forças progressistas libanesas responderam à violência americana abatendo três aviões; as forças de paz norte-americanas não gostariam e requisitaram a artilharia naval que entrou em acção, como o porta-voz dos marines afirmou.

Beirute foi uma vez mais posta a ferro e fogo, pela acção das forças ditas de paz.

A violência desencadeada contra a Síria a mando de Reagan suscitou protestos até dos aliados de Washington, embaraçados com esta forma de manter a paz. O primeiro-

-ministro libanês, Chafic Wazan, condenou a transformação do Líbano num campo de batalha de forças estrangeiras; nos Estados Unidos muitas vezes vieram a público para condenar a política que a Casa Branca está a conduzir no Médio Oriente.

A resposta de Reagan foi elucidativa: quando o recrudescimento da violência se abatia sobre o Líbano anunciava ao mundo que a missão dos Estados Unidos naquele país continua a ser o que era: ajudar a estabilizar a situação em Beirut até que todas as tropas estrangeiras possam retirar e até que o governo libanês possa exercer a sua autoridade no seu território.

Faça aos métodos aplicados para a estabilização, qualquer



África

O toque de finados nas relações luso-africanas

— é isso que o Governo PS/PSD pretende?

O ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, o racista Botha, chegou e partiu de Lisboa tão discreto quanto foi possível. E parece que vai voltar. A imprensa sempre ao serviço do Governo PS/PSD pouco destaque deu à primeira visita oficial dum representante do apartheid a Portugal após o 25 de Abril.

De concreto, soube-se apenas que Botha almoçou e jantou com os principais responsáveis do Governo, com quem parece ter-se entendido bastante bem. O mesmo não sucedeu com o Presidente da República, como o próprio Botha declarou nas escassas afirmações públicas que fez.

Mas a visita oficial de tão sinistra figura da África do Sul não passou despercebida, em particular no que se refere aos países de expressão portuguesa, alvos constantes da agressividade de Pretória. A República Popular de Angola não tardou a reagir, fazendo sentir que as relações económicas que mantém com Portugal, em grande parte devidas às diligências políticas do Presidente da República e à actividade interessada de empresários portugueses, podiam passar para a vizinha Espanha, cujos dirigentes não têm manifestado interesse em estreitar relações com os racistas sul-africanos.

O contencioso de Angola com Portugal, não obstante as declarações de boas intenções que dirigentes do Partido Socialista e responsáveis do Governo repetem a cada passo, não tem parado de crescer.

Ainda no passado fim-de-semana um comentário da Anglo fazia notar a intensificação em Lisboa das «movimentações dos peões inimigos» de Angola, justamente quando «Portugal organiza a sua primeira exposição comercial na RPA». A conclusão de que tal lesa «os interesses portugueses é óbvia para toda a gente, excepto, como parece, para as autorida-

des que não só as permitem como lhes dão cobertura.

E que, como a agência angolana faz notar, a actividade dos grupos ao serviço dos sul-africanos em Portugal não se limita à propaganda (considerada um mal menor pela RPA), antes se estende a outros actos, reuniões, iniciativas, passando mesmo por contactos com certos sectores políticos.

Como pretende o Governo PS/PSD conciliar o apoio dado às forças anti-angolanas com a pretensão de interlocutor privilegiado de Angola (e dos outros países de expressão portuguesa), é coisa que não se entende. O que se entende é a legítima reacção das autoridades angolanas que, seguindo a decisão da direcção do MPLA — Partido do Trabalho, aconselharam os organismos governamentais a reavaliarem a cooperação com Portugal à luz das campanhas contra a República Popular de Angola desencadeadas a partir de Lisboa.

Que não se pode estar bem com Deus e com o Diabo é um velho ditado fruto da sabedoria popular. É afinal o que Soares/Mota Pinto pretendem: beneficiar das vantagens possíveis de relações privilegiadas com os novos países de África e servir ao mesmo tempo os in-

teresses do imperialismo norte-americano a quem está enfeudado, através do seu braço armado naquele continente, a África do Sul.

As insultuosas afirmações de Mário Soares sobre o pagamento das dívidas de Angola e Moçambique, no fim-de-semana passado, fariam corar de vergonha qualquer aprendiz de diplomata. Mas há muito que os dirigentes socialistas perderam a vergonha...

Veja-se o caso de Jaime Gama, que seraficamente fala da institucionalização das relações dos países de língua portuguesa, num arrojado projecto que iria dos encontros a mais alto nível a reuniões entre os mais diversos sectores da economia, ao mesmo tempo que se congratula com os resultados das conversações com os dirigentes do apartheid.

O ministro «Pik» Botha gostou tanto que vai voltar a Lisboa ainda esta semana, uma vez terminada a sua volta pela Europa capitalista. Para tratar, sem dúvida, de concertar pormenores e consolidar os laços com o Governo PS/PSD, da melhor maneira a servir os seus interesses frontalmente opostos aos dos países progressistas africanos.

Botha vai voltar em vésperas da quarta cimeira dos chefes de Estado dos cinco países africanos de expressão oficial portuguesa; vai estar em Lisboa justamente quando se intensificam os combates em Angola pela libertação do território ocupado pela África do Sul. Que espera o Governo português conseguir com isso? Cavar a sepultura das relações luso-africanas?

Escândalos na RFA e no Japão ou a lógica de um sistema?

Iniciou-se dia 3, no Japão, uma campanha eleitoral com vista a eleições gerais antecipadas em 18 de Dezembro. O fim da legislatura estava previsto para Junho de 84. A antecipação do acto eleitoral deve-se a uma moção de desconfiança apresentada ao governo do primeiro-ministro Nakasone, acusado de imoralidade política.

Na RFA, o Partido Social-Democrata tem exigido a demissão do ministro da Economia, Otto Lambsdorff, a quem já foram retiradas as imunidades parlamentares. O ministro da Economia é acusado de ter aceite um suborno da grande empresa «FliK», a troco da ajuda a uma evasão fiscal (talvez seja de lembrar, que na RFA também há crise).

São factos. Factos em que raramente pensamos porque como que coexistimos diariamente com eles. A corrupção não é um vício especificamente japonês ou oeste-alemão. É como que uma marca do próprio sistema capitalista, que por vezes aflora mesmo noutras formações económicas, mas como corpo estranho.

No capitalismo é uma componente do próprio sistema. Uma componente que não põe em causa simplesmente a sua moralidade. O que já seria muito. Põe em causa um outro aspecto decisivo: qual o verdadeiro valor da democracia burguesa?

É início da implantação dos Pershing-2 e dos Cruise, ape-

sar da massiva oposição popular — é um alerta, um testemunho inequívoco de que as tão vangloriadas virtudes da democracia burguesa são pura ficção. Que estão viciadas as suas próprias bases. Que para os governos dos países capitalistas a vontade popular não vale nada. E só é considerada — ou temida — quando pela força da sua acção se impõe. Quando assume uma envergadura e uma persistência tal que pura e simplesmente não pode ser ignorada. Mesmo que seja para mandar a polícia...

Os escândalos de corrupção no Japão e na RFA, colocam-nos perante a outra face da moeda: quem manda em democracia burguesa? Porque a

população de cada país manifestamente não tem os seus representantes no poder — portanto há que ir ver, no concreto, quem os tem. O sr. ministro da Economia da RFA, o sr. primeiro-ministro japonês não passam da ponta do iceberg. Quem está por detrás de tudo isto?

O caso Tanaka

A dissolução da câmara dos deputados e a realização de eleições gerais antecipadas tem, naturalmente, uma razão. Concretamente a oposição parlamentar tinha decidido bloquear todas as iniciativas legislativas do governo, desde que o Partido Democrata Liberal, no poder, se recusou a expulsar das suas fileiras o ex-primeiro ministro Tanaka, condenado em Outubro a quatro anos de prisão por suborno por parte da companhia norte-americana «Lockheed». Nakasone, actual primeiro-ministro, chegou ao poder em 25 de Novembro de 1982, graças ao apoio de Tanaka.

Assim, uma vez por outra, por razões circunstanciais ou

políticas, rebenta um escândalo. Um ministro ou um presidente é afastado. Muito provavelmente irá dedicar-se ainda com mais afinco à actividade de um qualquer conselho de administração. E tudo continua na mesma.

Porque estes escândalos estão na lógica do sistema. São simplesmente um sintoma de uma realidade mais vasta: o lógico poder do capital no sistema capitalista.

Em 7 de Julho de 1972, Tanaka tornou-se o 64.º primeiro-ministro do Japão. Em 26 de Novembro de 1974 foi forçado a demitir-se. Então as acusações que lhe eram dirigidas cingiam-se à especulação com terras, em função dos planos de construção do governo. Em Fevereiro de 76 a situação de Tanaka agravou-se consideravelmente com o chamado escândalo «Lockheed», desencadeado pelo Congresso norte-americano (segundo o «Japan Times»), o desencadear do escândalo estaria ligado a divergências entre os governos dos EUA e do Japão, em particular no plano económico, e mais concretamente na questão de comércio de tecidos.

Estes alguns dos factos principais.

O que não impede: 1.º, que Tanaka mantenha um grande poder, também a nível político. Basta assinalar que a facção ligada ao ex-primeiro ministro detém seis postos no governo de Nakasone. O segundo lugar, em importância, no partido no poder, pertence a um homem próximo de Tanaka, Nikaído, 2.º, que a base do sistema, nomeadamente nesse domínio decisivo da democracia burguesa, que são as eleições, permaneça intocado: quem manda é quem dá o dinheiro, quem financia, no plano económico, como no político. Ou seja, quem manda são os grandes monopólios. Só as companhias de construção «dooram» oficialmente em 1981, para o fundo do partido governante, 300 milhões de ienes (a soma não oficial deverá ser superior a dez mil milhões de dólares). Que importância terá chamar-se a isto suborno ou não?

O caso «Flick»

A acusação que impende sobre o actual ministro da Economia da RFA (do Partido Liberal), é a de que, a troco de várias centenas de milhares de marcos, teria obtido a isenção de impostos sobre grandes negócios da «Flick».

É um caso concreto. A verdade, entretanto, é que, de acordo com materiais divulgados pelas revistas «Der Spiegel» e «Stern», a grande indústria e a Banca sempre financiaram, legal e ilegalmente, os grandes partidos burgueses. E, nesse sentido, os grandes da indústria e da finança da RFA, contam mesmo com uma organização específica: a «União Civil».

Fundada em 1954, a «União Civil» aponta objectivos suficientemente vagos, para dar a necessária cobertura às suas diversificadas actividades: estímulo a um «Estado democrático», «assistência à educação e instrução escolar». Os institutos para «estudos científicos», que entretanto criou, dedicam-se a actividades tão «meritórias» como estudar a estrutura social dos países europeus, para melhor poder lutar contra «as forças do materialismo destrutivo».

Os objectivos estão à vista. Os métodos também. Trata-se, não só de estudar, para melhor poder lutar contra os trabalhadores, contra a esmagadora maioria da população de cada país capitalista, de cada democracia burguesa. Trata-se de actuar também. De financiar quem e o que convém ao grande capital. As grandes encenações eleitorais custam dinheiro. Como muito dinheiro custa essa sistemática propaganda dos grandes valores de uma «civilização» que a corrupção demonstra estar podre, e que os objectivos suicidas no plano militar demonstram já não ter qualquer saída.

Sara Ocidental

Vitória do povo sarauí

O povo e as autoridades da República Árabe Sarauí Democrática conquistaram recentemente uma importante vitória com a adopção, pela comissão específica da ONU, dum projecto de resolução que retoma o plano de paz sobre o Sara aprovado na 19.ª Cimeira da Organização de Unidade Africana (OUA).

Uma vitória tanto mais importante quanto consagra, face à comunidade internacional, o legítimo direito do povo do Sara Ocidental à autodeterminação e à independência, ao mesmo tempo que abre o caminho a uma solução justa, pacífica e duradoura que não deixará de ter reflexos na situação geral do continente africano.

De há muito que o povo sarauí, dirigido pelo Frente Polisário, vem lutando pela sua independência. Uma luta que se agudizou e transformou em mais um foco de tensões no continente africano desde que Marrocos se substituiu à colonização espanhola da região, sem ter minimamente em conta as aspirações e direitos ancestrais dos seus habitantes.

Não tem sido fácil a vida da jovem República Sarauí (RASD), onde a guerra e a construção da pátria têm andado a par ao longo dos anos, sem que até à última Cimeira da OUA, realizada em Adis-Ababa em Junho passado, se vislumbrassem possibilidades reais de um acordo com Marro-

cos que viabilizasse uma solução pacífica para o conflito.

A ponderada atitude então tomada pelos representantes da RASD que, recorda-se, prescindiram voluntária e temporariamente de participar nos trabalhos da OUA para que a sua presença não fosse como alguns pretendiam o pretexto para impedir a Cimeira que vinha sendo adiada na mais grave crise da vida da Organização, essa atitude, dizíamos, abriu caminhos que podem conduzir à paz no Sara Ocidental.

É assim que a decisão agora aprovada na ONU exorta os representantes das partes em conflito, o rei de Marrocos e a Frente Polisário, a encetar negociações directas com vista a um cessar-fogo que permita criar as condições necessárias à realização de um referendo pacífico e justo sobre a autodeterminação do povo do Sara Ocidental, um referendo sem qualquer pressão administrativa ou militar, sob os auspícios da OUA e da ONU.

De salientar que o rei Has-

san II, de Marrocos, havia já assumido o compromisso solene, na XVIII Cimeira da OUA, em 1981, de efectuar semelhante referendo, o que no entanto não chegou a concretizar-se. Importa não esquecer que para além do interesse marroquino nas riquezas potenciais do Sara Ocidental, em particular no que se refere a espécies minerais aí existentes, a guerra com a Polisário tem sido fomentada pelos interesses imperialistas, designadamente norte-americanos, pouco interessados na consolidação de mais um país progressista na região.

Embora seja de esperar que a resolução tomada na ONU não tenha concretização prática com a brevidade desejada — o documento aponta para a realização do referendo ainda este mês — o que importa reter é que num momento de agudização dos conflitos a nível mundial a determinação do povo sarauí e da sua organização revolucionária, a Frente Polisário, acabou por impor à comunidade internacional a justiça da sua luta.

O cessar-fogo entre Marrocos e a Polisário, a concretizar-se, representará por outro lado um benefício específico para os pescadores portugueses que operam na região e que devido à política irrespon-

sável do governo português o fazem actualmente com risco das próprias vidas. Na verdade, ao pescarem em águas da República Árabe Sarauí Democrática com a bandeira de Marrocos os barcos portugueses provocam deliberadamente os ataques da Polisário, o que de modo algum corresponde aos desejos daquela organização, como ainda recentemente o afirmou o representante sarauí em Madrid, ao lamentar a morte de pescadores portugueses. Se os barcos tivessem a bandeira de Portugal, disse, não seriam atacados; com a bandeira de Marrocos, que consideramos uma provocação, não nos podemos arriscar, pois muitas vezes os barcos de pesca são utilizados como cobertura para ataques às nossas posições.

O que é de lamentar é que o governo PS/PSD em vez de regularizar as suas relações com a RASD, leve a sua subserviência ao imperialismo ao ponto de arriscar a vida de compatriotas enquanto a guerra entre Marrocos e a Polisário não chegar ao seu fim.

Resta-nos assim desejar, pelo povo sarauí e pelos portugueses, que as resoluções recentes da ONU sobre o Sara Ocidental sejam levadas à prática o mais rapidamente possível.

NATO diz SIM Povos dizem NÃO

Os governos dos países da NATO persistem, de uma forma geral, no apoio à instalação na Europa dos novos mísseis nucleares norte-americanos, e tentam mesmo convencer-nos de que nada mudou com a chegada dos primeiros desses mísseis à RFA, à Grã-Bretanha e à Itália, que a União Soviética regressará a Genebra por pressão de uma linguagem bem típica da prática política do imperialismo: a linguagem da força. Uma posição de solidariedade de classe levada ao limite de pôr em causa a própria sobrevivência dos respectivos países e povos.

Paralelamente desenvolve-se um outro processo — o da acção dos povos. Processo impregnado de uma crescente consciência do que está em causa, do que é determinante neste momento histórico.

Referiremos três aspectos importantes dessa nova realidade que está a ser gerada:

• As armas transportadas para a Europa, são armas de uma nova geração, armas de «primeiro golpe», capazes de provocarem uma guerra nuclear em prazos tão curtos que não sobrar tempo para dizer NÃO, para minimamente controlar o curso dos acontecimentos.

• A concretizarem-se os programas de armamento estratégico do Pentágono, crescerá na Casa Branca a tentação de «resolver» o combate histórico entre socialismo e capitalismo pela impossível via nuclear.

• O destino dos povos da Europa fica completamente dependente, nem já dos respectivos governos, capitalistas embora, mas do que for decidido nos gabinetes do Pentágono. Como afirmou o chefe do grupo parlamentar «Os Verdes», no Parlamento federal-alemão. «A decisão sobre a existência ou não do povo alemão está nas mãos do presidente norte-americano Reagan, que tem a alucinação de que nos encontramos à beira da luta apocalíptica final entre o bem e o mal».

É a consciência de massas de factos — novos — tão importantes como os referidos, que mobiliza, apesar da repressão, milhões de pessoas por todo o mundo, em particular na Europa.

Para ditar a sua decisão de acatamento dos Pershing-2, o Bundestag rodeou-se de barreiras de polícia e de arame farpado — bela imagem de democracia: um Parlamento cercado desse mesmo arame farpado dos campos de concentração e das bases de mísseis! Imagens de repressão repetem-se na RFA, na Grã-Bretanha, na Itália. Mas o cerco humano pacífico das bases militares não cede. Há acampamentos permanentes junto de Greenham Common ou de Comiso.

A mobilização popular assumiu tal envergadura que se está a reflectir ou concretizar em algumas tomadas de posição de partidos, Parla-mentos e governos, e naturalmente do próprio movimento da Paz, que importa salientar.

Três exemplos:

• O governo da Dinamarca vê-se forçado a cortar a verba destinada à NATO, face à decisão do parlamento que na semana passada

